

# TERMO DE REFERÊNCIA

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA  
NOS SISTEMAS ELETROMECAÂNICOS DO TCE/PR COM FORNECIMENTO EVENTUAL DE PEÇAS,  
COMPONENTES, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS, COM CESSÃO E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE  
OBRA.**

## SUMÁRIO

<b>1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO .....</b>	<b>5</b>
<b>4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO .....</b>	<b>7</b>
5.1. Aspectos Gerais .....	7
5.2. Funções Mínimas dos Postos .....	7
5.3. Qualificações Profissionais Mínimas dos Postos .....	12
5.4. Preposto .....	14
5.5. Condições de execução .....	14
5.6. Local da prestação dos serviços .....	15
5.7. Materiais a serem disponibilizados .....	15
5.8. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta .....	17
5.9. Reposição de Peças (Item 2) .....	19
5.10. Serviços de qualidade do ar e limpeza de dutos (Item 3) .....	23
5.11. Inscrição em Treinamentos das Normas Regulamentadoras – NRs (Item 4) .....	23
<b>6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO .....</b>	<b>24</b>
<b>7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO .....</b>	<b>26</b>
<b>8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR .....</b>	<b>34</b>
8.1. Metodologia para a licitação .....	34
8.2. Classificação como objeto comum .....	34
8.3. Participação de consórcio de empresas e de cooperativas de mão de obra .....	34
8.4. Contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte .....	35
8.5. Requisitos de habilitação .....	35
8.6. Proposta de preços .....	39
8.7. Exequibilidade da proposta .....	43
8.8. Da Aceitabilidade da Proposta .....	44
<b>9. ASPECTOS CONTRATUAIS .....</b>	<b>45</b>
9.1. Subcontratação e Alteração Subjetiva .....	45
9.2. Obrigações do CONTRATANTE .....	46
9.3. Obrigações da CONTRATADA .....	46
9.4. Vigência .....	58
9.5. Obrigações Pertinentes à LGPD .....	59
9.6. Repactuação dos preços contratados (art. 92, V e X) .....	60
9.7. Dotação Orçamentária .....	65
9.8. Garantia de execução contratual .....	65
9.9. Rescisão contratual .....	68
9.10. Infrações e Sanções administrativas .....	69
APÊNDICE I - TERMO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA .....	81
APÊNDICE II - TERMO DE RENÚNCIA À VISTORIA TÉCNICA .....	82
APÊNDICE III - TERMO DE COMPROMISSO .....	83
APÊNDICE IV - TERMO DE COMPROMISSO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL .....	84
APÊNDICE V - LISTA DE EPIs OBRIGATÓRIOS PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS ELETROMECÂNICOS DO TCE-PR .....	85

# 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1.** Contratação de empresa especializada na prestação de serviço contínuo de manutenção corretiva, acompanhamento da execução dos serviços e responsáveis pelos projetos de ar condicionado, assim como, ações preventivas nos sistemas eletromecânicos, com reposição de peças, acessórios, gás e outros componentes, para os equipamentos de ar-condicionado dos Edifícios Anexo e Sede do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com cessão de mão de obra em dedicação exclusiva, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM 1 - Mão de obra com dedicação exclusiva	Jornada de Trabalho	Quantidade		Valor (R\$)			
		Postos de Trabalho	Profissionais por posto de Trabalho	Remuneração (Sal. base + Adc. de Periculosidade)	Unitário	Mensal	Total Anual
Auxiliar de manutenção predial (CBO 5143-10)	44h	1	2	2.962,96	10.009,45	20.018,90	240.226,80
Eletricista de Manutenção (CBO 9511-05)	44h	1	1	5.625,62	16.399,53	16.399,53	196.794,36
Mecânico de refrigeração (CBO 7257-05)	44h	1	1	5.800,08	16.780,59	16.780,59	201.367,08
Engenheiro Eletricista (CBO 2143-05) ou Engenheiro Mecânico (CBO 2144-05)	30h	1	1	11.840,40	30.492,66	30.492,66	365.911,92
<b>Valor Total do Item 1</b>		<b>4</b>	<b>5</b>	<b>Soma:</b>		<b>83.691,68</b>	<b>1.004.300,16</b>

ITEM 2 - Eventual Fornecimento de Peças					
Descrição	Custo Unitário (A)	BDI - Modulo 6 (B)			Valor Anual (A+B)
		Custos Indiretos	Lucro	Tributos	
Valor estimado com eventual fornecimento de Peças de Reposição para substituição de placas, compressores, válvulas, equipamentos, reposição de gás e materiais imprevistos.	125.451,15	6.272,56	12.545,12	17.876,79	162.145,62
Desconto				<b>0,0000%</b>	

ITEM 3 - SERVIÇOS TÉCNICOS SOB DEMANDA			
Descrição		BDI - Modulo 6 (B)	

	Custo Unitário (A)	Custos Indiretos	Lucro	Tributos	Valor Anual (A+B)
Serviços relativos a laudos, inspeções e limpeza da dutos, entre outros correlatos a qualidade do ar (Execução de limpeza, higienização e descontaminação de rede de dutos dos sistemas de ar-condicionado, conforme Portaria 3523 do Ministério da Saúde e Norma Técnica RE-09, bem como posteriores, incluindo relatório técnico SCO 05/2025 MP15.10.0200)	156.930,00	7.846,50	15.693,00	22.362,53	202.832,03

ITEM 4 - Eventual Inscrição em Curso para Treinamento das Normas Regulamentadoras - NR's					
Descrição	Custo Unitário (A)	BDI - Modulo 6 (B)			Valor Anual (A+B)
		Custos Indiretos	Lucro	Tributos	
Valor estimado com eventual inscrição em Curso para Treinamento das Normas Regulamentadoras - NR's	5.501,66	275,08	550,17	783,99	7.110,90

<b>ITEM 1 - MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA</b>	<b>R\$ 1.004.300,16</b>
<b>ITEM 2 - EVENTUAL FORNECIMENTO DE PEÇAS</b>	R\$ 162.145,62
<b>ITEM 3 - SERVIÇOS TÉCNICOS SOB DEMANDA</b>	R\$ 202.832,03
<b>ITEM 4 - EVENTUAL INSCRIÇÃO EM CURSO PARA TREINAMENTO DAS NORMAS REGULAMENTADORAS - NR'S</b>	R\$ 7.110,90
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.376.388,71</b>

**1.2.** A licitação será realizada em grupo único, formados por 04 itens, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

**1.3.** O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados da data de publicação do extrato no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e

poderá ser prorrogado, respeitada a vigência máxima decenal, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**1.4.** O serviço é enquadrado como contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra, tendo em vista que se trata de uma licitação para manutenção permanente dos sistemas eletromecânicos dos edifícios SEDE e ANEXO do TCE-PR, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando-se a necessidade de manutenção constante, treinada e habituada com a operação do tribunal, além de trazer maior vantagem econômica pela redução de processos para renovação frequente do serviço.

**1.5.** A CONTRATANTE tem a faculdade de extinguir o contrato sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, de acordo com o § 1.º do art. 106, da Lei nº 14.133/2021.

**1.6.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

**3.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. Sustentabilidade**

**4.1.1.** Deverá ser seguido os quesitos de sustentabilidade previstos no Estudo Técnico Preliminar e os especificados na descrição do objeto.

### **4.2. Indicação de marcas ou modelos**

**4.2.1.** Deverá ser aplicado materiais de reposição quando necessário compatíveis com a marca e modelo do equipamento danificado, não devendo ser instaladas peças de procedência duvidosa ou que não atendam a qualidade e funcionamento esperado para o equipamento.

#### **4.3.** Da exigência de amostra

Não há necessidade de apresentação de amostra.

#### **4.4.** Transição Contratual

**4.4.1.** O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

#### **4.5.** Vistoria

**4.5.1.** Os licitantes poderão, até um dia útil antes da data da sessão de abertura da licitação, vistoriar o local dos serviços para conhecimento da situação da atual infraestrutura existente no Tribunal, realizar medições, questionamentos e levantamentos, bem como tomar conhecimento de todas as condições, características e peculiaridades inerentes ao objeto da contratação de forma a proporcionar o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta.

**4.5.2.** A vistoria deverá ocorrer em horário previamente agendado pelo e-mail: [sea@tce.pr.gov.br](mailto:sea@tce.pr.gov.br).

**4.5.3.** A vistoria deverá ser agendada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data de sua realização.

**4.5.4.** No e-mail de agendamento, a licitante deverá mencionar o número do Edital, suas informações de contato (denominação social, endereço e telefone) e da pessoa que realizará a visita (nome completo, CPF e telefone).

**4.5.5.** A vistoria será acompanhada por colaborador do CONTRATANTE, designado para esse fim, em data (dia útil) e horário (comercial) previamente agendados.

**4.5.6.** O representante da licitante, no momento da vistoria, deverá comprovar por simples procuração os poderes para representar a licitante.

**4.5.7.** A vistoria técnica visa disponibilizar às licitantes as informações necessárias à correta elaboração de suas propostas, bem como, dotá-las de pleno conhecimento do ambiente do CONTRATANTE.

**4.5.8.** Todas as licitantes deverão apresentar junto da documentação de proposta declaração:

**4.5.8.1.** Termo de Realização de Vistoria Técnica assinado pelo servidor responsável, conforme Apêndice I deste Termo de Referência; ou

**4.5.8.2.** Termo de Renúncia à Vistoria Técnica emitido pelos licitantes, conforme modelo constante Apêndice II deste Termo de Referência, atestando que não poderão alegar o desconhecimento dos serviços, infraestrutura e ambiente tecnológico, e/ou de dificuldades técnicas não previstas, como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços para a execução do objeto. Será de inteira responsabilidade da licitante a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais da prestação de serviço.

**4.5.9.** Caso a licitante vencedora não preveja ou subdimensione verbas necessárias à perfeita execução do objeto (incluindo todas as peças, anexos, e documentos que compõem o edital), deverá suprir a falta sem direito a receber qualquer pagamento suplementar.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1. Aspectos Gerais**

**5.1.1.** Os serviços a serem prestados abrangerão todas as instalações eletromecânicas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, incluindo os espaços internos dos edifícios e espaços externos presentes dentro da implantação do Tribunal, para todos os sistemas de climatização, exaustão, insuflamento, ou retorno de ar, bem como salas de máquinas, transporte vertical e horizontal e os respectivos quadros elétricos existentes e de futuros, caso instalados. Os detalhes dos serviços e soluções estão minuciosamente descritos nos elementos do estudo técnico preliminar. Essas informações são complementadas pelo descritivo completo das funções dos postos, disponíveis nas diretrizes do PMOC, que serão atendidas e ampliadas pelo subitem a seguir, que trata das atribuições mínimas dos postos de trabalho.

### **5.2. Funções Mínimas dos Postos**

**5.2.1.** O profissional Engenheiro Eletricista (CBO 2143-05) ou Engenheiro Mecânico (CBO 2144-05) terá as funções mínimas de:

**5.2.1.1.** Emitir a responsabilidade técnica sobre a manutenção dos sistemas de climatização de toda a edificação.

**5.2.1.2.** Gerenciar os postos de trabalho do contrato na realização das tarefas de operação e manutenção do sistema de ar-condicionado do TCE e seus componentes;

**5.2.1.3.** Planejar as atividades referentes às rotinas de manutenção previstas dos postos de trabalho afetos à manutenção dos sistemas eletromecânicos com apresentação dos cronogramas;

**5.2.1.4.** Supervisionar e capacitar as equipes técnicas nas atividades desenvolvidas, além de orientá-las a prezar pela qualidade dos serviços prestados, utilizando sempre ferramental adequado, a boa técnica e o atendimento as normas técnicas vigentes, além de verificar a aplicação e o cumprimento das normas técnicas e diretrizes de segurança por parte dos colaboradores;

**5.2.1.5.** Organizar, cobrar, conferir e manter em bom estado o ferramental de serviço dos profissionais, repondo e substituindo sempre que necessário, tanto ferramentas de serviço quanto uniformes e EPIs dos profissionais para correta operação dos trabalhos;

**5.2.1.6.** Verificar e garantir o cumprimento dos cronogramas de execução de serviços estabelecidos no contrato bem como a execução e devido registro das rotinas de manutenção previstas no objeto do contrato e no programa mínimo de manutenção previsto no PMOC;

**5.2.1.7.** Providenciar, juntamente com a equipe responsável pelos serviços, os meios e recursos objetivando o retorno à operação dos equipamentos e/ou sistemas que foram objeto de manutenções corretivas e/ou preditivas, observando que a equipe destacada retorne os equipamentos ao estado em que se encontravam antes de sua parada, garantindo as condições de operação previstas em projeto e discriminadas no objeto do contrato objetivando o seu correto funcionamento dentro da máxima eficiência;

**5.2.1.8.** Realizar os procedimentos de compra, cotação, conferência, verificação técnica dos materiais, peças e equipamentos necessários para perfeita operação de todos os sistemas eletromecânicos dos edifícios.



**5.2.1.9.** Elaborar documentação técnica incluindo relatórios descritivos e rotinas de serviço relacionados aos serviços de manutenção dos sistemas objeto do contrato, preenchimento e elaboração do PMOC com base no modelo e cronogramas de acompanhamento com relatórios de execução.

**5.2.1.10.** Orientar as equipes sobre as atividades a serem executadas com eficiência e segurança, delegando atividades e responsabilidades aos membros da equipe, de acordo com a qualificação e capacidade de cada membro;

**5.2.1.11.** Atualizar todos os projetos de climatização existentes e previsões de ampliações futuras para permitir o perfeito serviço de manutenção de forma organizada, inclusive as corretivas e preventivas conforme organograma de máquinas existentes e suas necessidades ou rotinas de inspeção;

**5.2.1.12.** Atualizar todo sistema de automação e gerenciamento como CSNET, ACP e outros de forma que a operação remota esteja sempre funcional e pronta para interligação com a Automação predial, o mais fiel possível com o sistema existente;

**5.2.1.13.** Verificação contínua de chamados das ações corretivas com inspeção e diagnóstico do problema, delegação da atividade para a equipe interna, resolução dos chamados, reporte formal a fiscalização e elaboração dos relatórios de chamado atendido para anexar nas medições mensais;

**5.2.1.14.** Este profissional deverá estar presente nas instalações do TCE-PR. As suas responsabilidades incluirão desde a elaboração e validação de testes, medições, relatórios, tratativas de garantia de equipamentos, pedidos de peças e reposição, orçamentações de equipamentos, procedimentos de compra, cotações, conferências de materiais, verificações técnicas, orientação de equipe, tratativas com fabricantes, com empresas executoras e com a CONTRATADA; atividades essas que possuem suas rotinas a serem desenvolvidos mensalmente. Além disso, esse profissional deve ser capaz de fornecer evidências adequadas de sua formação e qualificação, instigar o treinamento e aperfeiçoamento contínuo de toda a equipe, dos sistemas e tecnologias utilizadas visando melhora do sistema, sendo responsável também por desenvolver, validar e entregar todas as documentações necessárias para a medição da CONTRATADA;

**5.2.2.** O profissional Mecânico de refrigeração CBO 7257-05 terá as funções mínimas de:

**5.2.2.1.** Verificar o correto funcionamento dos componentes mecânicos e eletromecânicos do sistema principal e dos subsistemas envolvidos nas rotinas e

manutenção, incluídos o sistema de água gelada, caldeiras, exaustão, renovação de ar, fancoils, tubulações, dutos, sistema VRF 2 e 3 tubos, centrais, máquinas, splits, cassete, hiwall, piso teto, dutadas, ventiladores e sistemas independentes presentes nos prédios, incluindo TODOS seus acessórios e componentes; além de conhecimentos de elétrica e automação para operação de sistemas de climatização;

**5.2.2.2.** Realizar reparos, regulagens, ajustes, pequenas modificações, deslocamentos de peças, equipamentos e componentes, incluído a montagem, desmontagem, carga de gás, pintura e o transporte tanto para equipamentos quanto para infraestruturas sempre que solicitado;

**5.2.2.3.** Possuir conhecimento, capacitação e experiência na utilização de equipamentos, ferramentas e acessórios necessários para manutenção de bombas elétricas, ventiladores, compressores e todos os demais componentes do sistema;

**5.2.2.4.** Extrair corretamente todos os dados necessários para o perfeito preenchimento dos relatórios de medição, aferição e acompanhamento do funcionamento das máquinas previstos no PMOC e na contratação para viabilizar elaboração dos relatórios pelo engenheiro responsável, inclusive com preenchimento dos valores numéricos medidos e com apontamento sempre que o valor obtido implicar em um alerta ou falha quando comparado com a referência prevista;

**5.2.2.5.** Dar apoio aos demais profissionais presentes sempre que necessário para garantir um correto, eficiente e completo desenvolvimento dos serviços com atendimento das demandas da manutenção, incluindo comunicação entre membros para passagem das falhas verificadas e necessidade de ajustes observados.

**5.2.3.** O profissional Eletricista CBO 9511-05 terá as funções mínimas de:

**5.2.3.1.** Executar testes e as rotinas de manutenção previstas no objeto contratual, bem como a instalação, manutenção e operação de quadros elétricos e máquinas, além de realizar as leituras dos quadros elétricos do sistema e subsistemas, balanceamento de fases e reaperto geral de bornes, cabos, parafusos do quadro e de componentes como máquinas e inclusive periféricos; além de conhecimentos de mecânica e automação para operação de sistemas de climatização;

**5.2.3.2.** Verificar o correto funcionamento dos componentes eletroeletrônicos e equipamentos do sistema principal e dos subsistemas envolvidos nas rotinas e manutenção, incluídos o sistema de água gelada, VRF, splits e sistemas

independentes presentes nos prédios além dos sistemas centrais e supervisórios e a comunicação entre eles;

**5.2.3.3.** Realizar reparos, regulagens, ajustes, pequenas modificações, deslocamentos de peças, equipamentos e componentes, incluído a montagem, desmontagem, instalação e desinstalação de sensores e quadros, pintura e o transporte tanto para equipamentos quanto para infraestruturas sempre que solicitado;

**5.2.3.4.** Possuir conhecimento, capacitação e experiência na utilização de equipamentos, ferramentas e acessórios necessários para manutenção de bombas elétricas, ventiladores, compressores e todos os demais componentes do sistema inclusive inspeção de falhas dos equipamentos;

**5.2.3.5.** Extrair corretamente todos os dados necessários para o perfeito preenchimento dos relatórios de medição, aferição e acompanhamento do funcionamento das máquinas previstos no PMOC e na contratação para viabilizar elaboração dos relatórios pelo engenheiro responsável, inclusive com preenchimento dos valores numéricos medidos e com apontamento sempre que o valor obtido implicar em um alerta ou falha quando comparado com a referência prevista;

**5.2.3.6.** Dar apoio aos demais profissionais presentes sempre que necessário para garantir um correto, eficiente e completo desenvolvimento dos serviços com atendimento das demandas da manutenção, incluindo comunicação entre membros para passagem das falhas verificadas e necessidade de ajustes observados.

**5.2.4.** O profissional Auxiliar CBO 5143-10 terá as funções mínimas de:

**5.2.4.1.** Manter limpos e conservados todos os equipamentos, infraestruturas, componentes, quadros e sistemas, além dos respectivos locais de funcionamento dos mesmos, realizando serviços de limpeza de serpentinas, trocas de filtro, revisão de tags de componentes, pinturas e quaisquer serviços correlatos solicitados pelos profissionais da equipe própria ou Fiscalização;

**5.2.4.2.** Auxiliar os profissionais qualificados a realizarem os serviços afetos às suas áreas de competência, sob a orientação e supervisão dos mesmos, inclusive frente à aquisição de informações para elaboração dos relatórios, auxílio nos serviços executados, carregamento de máquinas, deslocamentos, transporte de materiais e indicação de falhas.

## 5.3. Qualificações Profissionais Mínimas dos Postos

**5.3.1.** A empresa contratada deverá dispor de equipe técnica especializada, composta por profissionais qualificados e experientes para execução dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva de sistemas de climatização do tipo expansão direta e indireta (VRF, split, self-contained, chillers, fancoils, entre outros). Os profissionais deverão atender aos seguintes requisitos:

### 5.3.2. Auxiliar de Manutenção de Climatização

**5.3.2.1. Formação mínima:** Ensino Médio completo.

**5.3.2.2. Certificações exigidas:** Deve possuir treinamentos nas NRs 6, 10, 12 e 35 (pode ser atualizada no andamento do contrato, contanto que em dia para execução das atividades).

**5.3.2.3. Treinamentos:** Certificados em treinamentos de cursos disponibilizados para os equipamentos disponíveis no prédio (LG). Assim como, ter certificação nos treinamentos dos fabricantes frente a sistemas VRF 3 tubos, e demais sistemas presentes no prédio).

**5.3.2.4. Experiência mínima:** 12 (doze) meses de atuação comprovada por meio de carteira de trabalho em atividades de apoio à manutenção de sistemas de climatização em edificações.

### 5.3.3. Eletricista de Manutenção e Climatização

**5.3.3.1. Formação mínima:** Ensino Médio Técnico completo com curso de Eletricista de Manutenção ou curso técnico em Eletrotécnica reconhecido pelo MEC e cadastrado no conselho de classe com RRT.

**5.3.3.2. Certificações exigidas:** Deve possuir treinamentos nas NRs 6, 10, 12 e 35 (pode ser atualizada no andamento do contrato, contanto que em dia para execução das atividades).

**5.3.3.3. Treinamentos:** Certificados em treinamentos de cursos disponibilizados para os equipamentos disponíveis no prédio (LG). Assim como, ter certificação nos treinamentos dos fabricantes frente a sistemas VRF 3 tubos, e demais sistemas presentes no prédio).

**5.3.3.4. Experiência mínima:** 12 (doze) meses de atuação comprovada em manutenção elétrica de sistemas de climatização por carteira de trabalho.

### 5.3.4. Mecânico de Refrigeração e Climatização

**5.3.4.1. Formação mínima:** Curso técnico em Refrigeração e Climatização ou curso profissionalizante reconhecido pelo MEC e cadastrado no conselho de classe com RRT.

**5.3.4.2. Certificações exigidas:** Deve possuir treinamentos nas NRs 6, 10, 12 e 35 (pode ser atualizada no andamento do contrato contanto que em dia para execução das atividades).

**5.3.4.3. Treinamentos:** Certificados em treinamentos de cursos disponibilizados para os equipamentos disponíveis no prédio (LG). Assim como, ter certificação nos treinamentos dos fabricantes frente a sistemas VRF 3 tubos, e demais sistemas presentes no prédio).

**5.3.4.4. Experiência mínima:** 12 (doze) meses comprovados em carteira de trabalho em manutenção de sistemas de climatização predial (VRF, chillers, fancoils, splits, self-contained).

### 5.3.5. Engenheiro Mecânico e/ou Eletricista

**5.3.5.1. Formação mínima:** Graduação em Engenharia Mecânica e/ou Elétrica com registro ativo e regular no CREA.

**5.3.5.2. Certificações exigidas:** Apresentação de ARTs ou CATs que comprovem experiência compatível com os serviços objeto do contrato ou experiência suficiente para execução do mesmo. Além disso, deve possuir treinamentos nas NRs 6, 10, 12 e 35 (pode ser atualizada no andamento do contrato contanto que em dia para execução das atividades).

**5.3.5.3. Treinamentos:** Certificados em treinamentos de cursos disponibilizados para os equipamentos disponíveis no prédio (LG). Assim como, ter certificação nos treinamentos dos fabricantes frente a sistemas VRF 3 tubos, e demais sistemas presentes no prédio).

**Experiência mínima:** 12 (doze) meses de atuação comprovada na área de sistemas de climatização e refrigeração predial, incluindo supervisão técnica, elaboração de planos de manutenção e projetos já realizados em sistemas de climatização de água gelada como sistema de expansão de Gás VRF, ou Chillers, bombas, fancoils e aquecimento à resistência ou caldeiras. A experiência deve ser comprovada por meio de atribuições em carteira de trabalho e/ou ARTs de serviços similares ou fiscalizações similares.

**5.3.6.** No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 67, §6º, da Lei nº 14.133/2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

**5.3.7.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **5.4. Preposto**

**5.4.1.** A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, para atuar como seu representante e interlocutor autorizado a receber, encaminhar e responder questões técnicas, legais e administrativas referentes ao contrato.

**5.4.1.1.** A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante a vigência contratual.

**5.4.1.2.** A CONTRATADA poderá solicitar a substituição do preposto indicado que não atenda satisfatoriamente às necessidades da execução contratual.

**5.4.2.** Caso o preposto não atenda as funções previstas ou não tenha a competência técnica comprovada para a atividade poderá ser solicitado a CONTRATADA a troca do profissional ou o comparecimento do detentor da ART nas funções previstas até que ocorra a substituição do profissional por outro de experiência comprovada que receba o devido aceite da FISCALIZAÇÃO.

## **5.5. Condições de execução**

**5.5.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**5.5.1.1.** Início da execução do objeto: 10 dias úteis da emissão da ordem de serviço;

**5.5.1.2.** Horário da prestação de serviço: das 06:00 às 21:00.

**5.5.1.3.** Cronograma de realização dos serviços: A empresa prestadora dos serviços deverá fornecer um cronograma inicial de atendimento do escopo do contrato no modelo disposto conforme exemplo do PMOC fornecido, sendo responsável pelo

preenchimento e elaboração desse Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC) de climatização dos equipamentos instalados na instituição, conforme legislação Lei Federal 13.589/2018.

**5.5.1.4.** A execução do serviço pode se dar em horários distintos para cumprir a carga horária prevista, contendo profissionais de elétrica, refrigeração e auxiliar em turnos distintos. Sendo a definição desses horários e quais profissionais estarão em cada um designada de forma arbitrária por conta da fiscalização com base nas suas demandas, cronograma, liberação de ambientes e alinhada com o Engenheiro, que não terá horário fixo como residente e deverá comparecer diariamente na sua janela de atribuições visando entrega e elaboração dos relatórios tanto mensais, trimestrais, semestrais e anuais com base nos dados coletados pelos testes, ensaios e medições realizadas pela equipe residente quanto acompanhamento das atividades, procedimentos de compra de máquinas e peças, elaborações de projetos e instruções das equipes de campo, com horários preferencialmente entre as jornadas dos eletricitistas e mecânicos para maior número de intervenções e um acompanhamento mais certo.

**5.5.1.5.** Os colaboradores da CONTRATADA poderão manter comunicação direta com os colaboradores lotados na unidade administrativa responsável pelo contrato, dispensando a intermediação do preposto, sempre que necessário ao adequado andamento das atividades.

## **5.6. Local da prestação dos serviços**

**5.6.1.** Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Praça Nossa Senhora da Salete, CEP 80530-910, no bairro do Centro Cívico, na Cidade de Curitiba, PR, nos Edifícios Anexo e Sede do Tribunal de Contas do Estado.

## **5.7. Materiais a serem disponibilizados**

**5.7.1.** Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas, EPIs e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário (além das que julgar necessárias e que as normas assim exigirem). A disponibilização desses insumos está contemplada na proposta comercial (planilha orçamentária), sendo os custos já inclusos na remuneração da CONTRATADA mediante



comprovação de entrega, conservação e disponibilidade desses insumos, não cabendo cobrança adicional à CONTRATANTE.

**5.7.2.** Fornecimento e utilização de ferramentas como chaves de Fenda, Philips e outras para parafusos diversos, parafusadeira, pincel para limpeza e remoção de sujeira, panos, baldes para escoamento e limpeza das bandejas de dreno, chaves em geral para abertura e fechamento dos equipamentos dos mais variados tamanhos, pincel e ferramentas de pintura com tinta, além de ferramentas como alicates, serra, chave inglesa, escadas, estilete, furadeira, chave allen, lima, martelo e trena;

**5.7.3.** Ferramentas de elétrica como multímetros com alicate para medições de corrente, tensão, continuidade, capacitômetro e resistência de isolamento, além de identificador de fase, leitoras de falhas do fabricante e material como fita isolante, terminais, alicate crimpador, fita abraçadeira, alicate universal, alicate de bico, de corte, decapador de fio, ferro de solda, extensões para ferramentas, cabeamento para pequenas intervenções e emendas, megômetro, câmera identificadora de aquecimento térmico, gerador de sinal para simulação e teste de funcionamento de sensores/ instrumentação de campo, inclusive com disponibilidade para acompanhamento e configuração de sensores com computador com comunicação adequada em caso de substituição de dispositivos ou danos aos instrumentos existentes ou a serem instalados da climatização do prédio;

**5.7.4.** Ferramentas e sensoramento para parte mecânica de refrigeração como medidor de vazão, medidores de temperatura e umidade, medidores de pressão, medidor de ruído, vibração e materiais como fita aluminizada, fita de vedação, espuma ou técnica de identificação de vazamentos de gás ou fluidos, bombas recolhedoras de gás, produtos especializados para limpeza de dutos, serpentinas de equipamentos e todos os componentes previstos no PMOC fornecido, assim como tratamento antiferrugem, material de isolamento como PU de enchimento para emendas em tubulações como barbante ou veda rosca e até equipamentos como flangeador, vacuômetro, bomba de vácuo, nitrogênio e aparato necessário para carga de gás sempre que necessário para relocação de equipamentos; fornecimento de óleos e graxas necessárias para lubrificação de polias e motores; possuir também a disponibilidade para eventuais soldas em tubulação de cobre caso necessário para relocação de equipamentos.

**5.7.5.** Os materiais como EPIs, ferramentas, insumos consumíveis e uniformes serão remunerados conforme valor destinado em planilha orçamentária;

**5.7.6.** Prever fornecimento e facilidade de aquisição em modelo compatível com os presentes nos equipamentos frente aos sistemas de filtragem para realizar as trocas



prevista no PMOC em todo período do contrato, assim como botijões para carga adicional eventual de gás condizente com o aplicado em todos os equipamentos presentes, apresentando pelo menos uma reserva suficiente para atendimento de eventual chamado. Essa reserva diz respeito a materiais e peças a serem adquiridos pela CONTRATADA com base no ciclo de vida dos materiais a ser definido em comum acordo com a FISCALIZAÇÃO em função das preventivas e preditivas realizadas. O pagamento desses materiais será realizado por meio da verba destinada a peças de reposição.

**5.7.7.** Disponibilidade de computador/tablet/similar para preenchimento dos relatórios mensais previstos no PMOC, assim como qualquer demanda ou preenchimento do relatório diário de serviço necessário após início das atividades.

**5.7.8.** A CONTRATADA deverá fazer a aquisição de todos materiais e ferramentas descritos no início do contrato para desenvolvimento das atividades, manter a reposição dos mesmos em caso de extravio ou danos, sendo remunerados de forma diluída mensalmente conforme planilha orçamentária.

**5.7.9.** A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelo armazenamento dos materiais, produtos, ferramentas, instrumentos e equipamentos alocados para execução dos serviços, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou quaisquer outros fatos que possam vir a ocorrer.

## **5.8. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

**5.8.1.** A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

**5.8.2.** Elaboração de relatórios mensais, semanais, trimestrais, semestrais e anuais conforme PMOC para alinhamento da manutenção de todos os equipamentos dos prédios e programações de atuação nos mesmos;

**5.8.3.** Disponibilidade de profissionais nas quantidades e qualidades descritas neste Termo de Referência, inclusive com capacitações mínimas comprovadas em período de atuação conforme previsto neste Termo de Referência com comprovação digital de ponto;

**5.8.4.** Disponibilização e fornecimento de ferramentas, materiais e insumos necessários para perfeita manutenção dos equipamentos e sistemas, de forma a garantir cumprimento total do escopo do contrato.

**5.8.5.** Atendimento da totalidade de itens do edital, mantendo sempre vigente a qualificação, treinamentos, NRs dos profissionais e credenciamento da empresa CONTRATADA. Quanto aos treinamentos relacionados às NRs e suas respectivas reciclagens, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE três orçamentos para avaliação, sendo aprovado aquele de menor valor.

**5.8.6.** Disponibilidade para cotação, orçamento, compra e aquisição de peças de reposição ou serviços subcontratados de qualidade do ar nos moldes do edital sem repasse de quaisquer custos administrativos ou de serviços além da nota comprovada dos custos realizados;

**5.8.7.** Organizar equipe técnica e administrativa para realizar QUAISQUER serviços atrelados a manutenção preventiva, preditiva e corretiva de sistemas previstos no edital (tanto existentes quanto futuros), das variadas tecnologias dispostas no prédio desde água gelada a gás variável ou outras que surgir, inclusive instalações, desativações ou movimentações de equipamentos sempre que solicitado.

**5.8.8.** Os serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva deverão ser prestados em dias úteis, no horário compreendido entre 6h e 21h, e excepcionalmente em dia não úteis (sábados, domingos e feriados) conforme a necessidade.

**5.8.9.** A execução de serviços fora do horário comercial, em dias não úteis ou em horários extraordinários, decorrente de **má gestão da CONTRATADA, não acarretará qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.**

**5.8.10.** Caso seja necessária a presença do engenheiro responsável da CONTRATADA para o acompanhamento das atividades, este deverá ajustar sua jornada de trabalho de modo a realizar o acompanhamento preferencialmente fora do expediente regular do Tribunal — ou seja, antes do início ou após o término do expediente —, de forma a otimizar o uso de sua carga horária e possibilitar intervenções mais eficazes junto à equipe técnica de manutenção.

**5.8.11.** As equipes operacionais poderão ser escaladas ou revezadas, respeitando os seguintes turnos:

Turno 1: das 6h00 às 15h48, com eletricista e auxiliar;

Turno 2: das 11h12 às 21h00, com mecânico de refrigeração e auxiliar.

**5.8.12.** A CONTRATADA deverá organizar os serviços visando sempre a melhor resposta às demandas da CONTRATANTE, dentro do período normal de expediente, evitando interferências no funcionamento do Tribunal.

**5.8.13.** Excepcionalmente, e mediante aprovação prévia da FISCALIZAÇÃO, os serviços poderão ser realizados aos finais de semana ou feriados, quando houver necessidade técnica ou operacional devidamente justificada.

**5.8.14.** O serviço é enquadrado como contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra, tendo em vista que se trata de uma licitação para manutenção permanente do sistema de climatização e arrefecimento de ar dos prédios SEDE e ANEXO do TCE-PR, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando-se a necessidade de manutenção constante, treinada e habituada com a operação do tribunal, além de trazer maior vantagem econômica pela redução de processos para renovação frequente do serviço.

**5.8.15.** A CONTRATANTE tem a faculdade de extinguir o contrato sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, de acordo com o § 1.º do art. 106, da Lei nº 14.133/2021.

**5.8.16.** É permitida a subcontratação do objeto para atividades como laudos, relatórios, procedimentos de limpeza, detecção de patógenos e serviços correlatos com a qualidade de ar como limpeza de dutos e atuação sobre parâmetros físicos, químicos e biológicos da qualidade do ar. Será admitida a subcontratação, por parte da CONTRATADA, de serviços técnicos especializados vinculados ao escopo de climatização, incluindo emissão de laudos técnicos de qualidade do ar interior, higienização e descontaminação de redes de dutos, bem como demais intervenções associadas ao controle da qualidade do ar ambiente.

## **5.9. Reposição de Peças (Item 2)**

**5.9.1.** A CONTRATADA deverá fornecer as peças de reposição que se fizerem necessárias à execução dos serviços, mediante solicitação da FISCALIZAÇÃO, até o limite anual de **R\$ 125.451,15** (cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos), destinadas exclusivamente ao atendimento das demandas do **Tribunal de Contas do Estado do Paraná**. Este valor é do custo de aquisição e não está incidido o valor do BDI.

**5.9.2.** O custo da mão de obra da eventual prestação dos serviços de orçamento e da substituição de peças defeituosas estão incluídos no valor do contrato, não sendo possível cobrança de valores adicionais no momento da prestação por parte da CONTRATADA.

**5.9.3.** O pagamento das peças será feito pela CONTRATANTE seguindo o procedimento a seguir:

**5.9.3.1.** A substituição ocorrerá sempre que as peças indicadas forem imprescindíveis à prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência ou quando for solicitada pela Fiscalização.

**5.9.3.2.** Detectada a necessidade de substituição de alguma peça, a CONTRATADA deverá apresentar, para validação do CONTRATANTE, sua proposta de preços. De posse dessa proposta, a CONTRATADA efetuará pesquisa de preços, com, no mínimo, outras 3 (três) empresas do ramo, a fim de certificar-se de que a proposta apresentada esteja em consonância com os preços praticados pelo mercado. Com 3 cotações para cada insumo necessário.

**5.9.3.3.** A CONTRATADA apresentará orçamento detalhado das peças a serem trocadas. Caso haja apenas um único fornecedor (tabelados pelo fabricante do componente), deverá ser informado por escrito, junto ao orçamento, a comprovação de preços similares praticados pelo fabricante anteriormente no período de até 01 (um) ano.

**5.9.3.4.** A CONTRATANTE comunicará a CONTRATADA o valor a ser pago pelas peças com base nos 3 orçamentos realizados, e autorizará a troca das peças pelo menor valor que atenda todos os requisitos previstos, incluindo a remuneração da Nota Fiscal e impostos provenientes, demonstrados em memória de cálculo.

**5.9.3.5.** A efetiva instalação de peças, componentes ou acessórios nos equipamentos será efetuada após autorização da CONTRATANTE.

**5.9.3.6.** As peças, componentes e acessórios danificados deverão ser substituídos por peças novas, originais e genuínas, e as substituídas deverão ser entregues ao fiscal do CONTRATANTE, responsável pela fiscalização dos serviços para a devida prestação de contas. Sempre que solicitado pela fiscalização, a CONTRATADA deverá fazer o descarte apropriado para esses materiais. As peças substituídas deverão possuir garantia de no mínimo 90 dias, a ser registrada e acompanhada pelo profissional engenheiro da CONTRATADA.

**5.9.3.7.** Na hipótese de a instalação da peça, componente ou acessório ser realizado de maneira inadequada, deverá a CONTRATADA providenciar sua imediata regularização, em até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da comunicação, sem quaisquer ônus adicionais para o CONTRATANTE, inclusive em situações de compra equivocada por parte da CONTRATADA.

**5.9.4.** A CONTRATADA deverá fornecer, mediante ressarcimento, quando solicitado, devidamente e previamente aprovado pelo(s) gestor(es) do contrato, todas as peças, componentes, acessórios e serviços eventuais necessários à manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos constantes deste termo, tais como: compressor, motores, bombas, gases refrigerantes, gases especiais, correias, rolamentos, mantas filtrantes G3, lixas, lubrificantes, tinta, solventes, gaxetas, e outros necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos sempre com produtos de primeira qualidade.

**5.9.5.** A lista acima não é exaustiva e pode incluir itens não descritos ou relacionados, mas que possam ser necessários a manutenção do correto funcionamento dos sistemas e a realização dos serviços previstos no Programa Mínimo de Manutenção e no PMOC.

**5.9.6.** Serão ressarcidos os recursos materiais e peças destinados a todos os serviços extraordinários, bem como pequenos reparos e consertos de equipamentos que demandem a sua utilização, mediante a apresentação de orçamento(s) para compra coletado(s) no mercado para a devida análise e aprovação por parte da FISCALIZAÇÃO.

**5.9.7.** No caso de haver apenas um fornecedor da peça ou material, a CONTRATADA deverá justificar a incapacidade de fornecimento de outras empresas;

**5.9.8.** Não obstante a apresentação de orçamentos pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá realizar diligências no sentido de verificar a existência de fabricantes, fornecedores ou distribuidores que possuam propostas mais vantajosas para a Administração.

**5.9.9.** Utilizar materiais novos, de primeira linha com qualidade igual ou superior aos existentes nas instalações, reservando-se à CONTRATANTE o direito de recusar qualquer material ou produto que apresentarem indícios de serem reciclados, recondicionados ou reaproveitados.

**5.9.10.** Deverão ser utilizadas apenas peças de reposição originais bem como materiais de primeira linha.

**5.9.11.** As peças substituídas deverão ser entregues à equipe de Fiscalização do Contrato.

**5.9.12.** O fornecimento de peças, componentes e acessórios será feito mediante ressarcimento à CONTRATADA, junto com a fatura mensal dos serviços ou por meio de documentação específica para aquisição desses produtos.

**5.9.13.** Previamente à aquisição de peças, componentes, acessórios e consumíveis, a CONTRATADA deverá apresentar relatório técnico detalhando a necessidade, aplicação e quantidade dos insumos;

**5.9.14.** Caberá a CONTRATADA comprovar a necessidade de substituição ou aplicação do material por ela solicitado, cuja justificativa deverá ser assinada pelo Responsável Técnico e encaminhada ao Gestor do Contrato para aprovação.

**5.9.15.** Após a análise por parte da FISCALIZAÇÃO será autorizada a realização de pesquisa de preços para o orçamento(s) junto ao(s) fornecedor(s) para aprovação prévia do CONTRATANTE.

**5.9.16.** As aquisições serão baseadas na cotação mais vantajosa para a administração, observando o mercado do produto.

**5.9.17.** Após autorizada a aquisição a CONTRATADA deverá adquirir e aplicar os insumos e comunicar a FISCALIZAÇÃO.

**5.9.18.** A FISCALIZAÇÃO irá realizar a vistoria para proceder o recebimento e dar como concluída a aquisição.

**5.9.19.** Após estar concluída a aquisição, mediante recebimento firmado pela FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA poderá realizar o faturamento das peças, componentes, acessórios e consumíveis adquiridos.

**5.9.20.** O faturamento se dará mensalmente e conterá os materiais fornecidos, aplicados e recebidos no mês anterior.

**5.9.21.** O faturamento deverá ser feito separadamente do faturamento principal referente aos serviços ordinários previstos no objeto contratual, e sobre este não incidirão impostos nem retenções, já recolhidos no momento da aquisição pela contratada.

**5.9.22.** As notas fiscais originais dos produtos adquiridos deverão ser apresentadas juntamente com a fatura de ressarcimento.

**5.9.23.** Após a aprovação do orçamento, pela FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá realizar os serviços conforme especificações e quantidades constantes dos orçamentos apresentados e no prazo consignado no cronograma.

**5.9.24.** No momento do faturamento deverá ser aplicado o desconto consignado na proposta de preços ofertada pela CONTRATADA. O campo da planilha de custos onde o licitante oferecerá o desconto está limitado à 5% de desconto, não sendo aceitos valores negativos.

**5.9.25.** A garantia desses serviços será de 90 (noventa) dias corridos a partir do recebimento definitivo.

## **5.10. Serviços de qualidade do ar e limpezas de dutos (Item 3)**

**5.10.1.** A CONTRATADA poderá subcontratar os serviços necessários para proporcionar a devida limpeza e qualidade do ar conforme citado no PMOC modelo da licitação, atendendo todas normativas previstas, com periodicidade anual, podendo ter um valor de até R\$ 156.930,00 (cento e cinquenta e seis mil novecentos e trinta reais e zero centavos). Este valor é do custo de aquisição e não está incidido o valor do BDI.

**5.10.2.** Para os serviços do item 5.10, não é possível estabelecer quais componentes precisarão de reposição e qual solução técnica será adotada. Diante dessa incerteza, os serviços serão demandados por ordem de serviço, devendo a empresa apresentar ao menos três orçamentos dos seus fornecedores para análise e aprovação do contratante. Esses valores serão pagos mediante ressarcimento do menor orçamento apresentado com inclusão dos custos indiretos e diretos da empresa contratada.

**5.10.3.** O custo da eventual prestação dos serviços de orçamento, limpeza e relatórios estão incluídos no valor total do contrato, não sendo possível cobrança à parte no momento da prestação destes serviços. O pagamento dos insumos será feito pela CONTRATANTE seguindo o procedimento a seguir similar ao das peças de reposição.

## **5.11. Inscrição em Treinamentos das Normas Regulamentadoras – NRs (Item 4)**

**5.11.1.** O valor total destinado para a realização dos treinamentos para os cinco funcionários é de R\$ 5.501,66 (cinco mil quinhentos e um reais e sessenta e seis centavos), valor que abrange integralmente os custos com preparação, ministração, materiais didáticos, infraestrutura e emissão dos respectivos certificados de participação, conforme exigido pelas normas regulamentadoras e em consonância com os princípios da legalidade,



eficiência e economicidade da Administração Pública. Este valor é do custo de aquisição e não está incidido o valor do BDI.

**5.11.2.** Conforme estabelece a periodicidade fixada pelas Normas Regulamentadoras específicas, os treinamentos terão validade bienal (a cada dois anos) (NR06, NR10, NR12 e NR35), sendo obrigatória sua renovação periódica para a manutenção da habilitação legal dos trabalhadores, bem como para garantir a continuidade das atividades operacionais em conformidade com a legislação trabalhista e de segurança do trabalho vigente.

**5.11.3.** Será feita a remuneração dos treinamentos no início da contratação e sempre que for necessário a renovação das mesmas ou alteração de profissional, aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

**5.11.4.** Não será remunerado treinamento sem comprovação do certificado gerado por empresa especializada em segurança do trabalho.

**5.11.5.** A remuneração dos treinamentos será realizada em item específico da Planilha de Custos como prestação de serviços em remuneração a parte dos postos de trabalho.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e da Instrução de Serviço TCE/PR nº 181/2024 do TCE/PR.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

**6.3.** As comunicações entre TCE-PR e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O TCE-PR poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o TCE-PR poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de



execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**6.7.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**6.8.** O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**6.9.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**6.10.** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**6.11.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**6.12.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**6.13.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.14.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**6.15.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da

necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**6.16.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**6.17.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**6.18.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**6.19.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 7.1. Pagamento pelo fato gerador<sup>1</sup>

**7.1.1.** Somente serão pagos os postos efetivamente ocupados, ainda que a quantidade de postos prevista no contrato seja superior.

**7.1.2.** É dever do contratado manter todos os profissionais previstos em edital presentes e capacitados para a função, prevendo reposições sempre que necessário.

**7.1.3.** Será objeto de pagamento mensal o somatório dos seguintes módulos que compõem a planilha de custos e formação de preços, apêndice deste Termo de Referência.

**7.1.3.1.** Módulo 1: Composição da Remuneração;

**7.1.3.2.** Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições;

**7.1.3.3.** Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários;

---

<sup>1</sup> Recomenda-se a leitura do Caderno de Logística – Pagamento Pelo Fato Gerador, disponível em: [https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/fato\\_gerador.pdf](https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/fato_gerador.pdf)

**7.1.3.4. Módulo 5:** Insumos (materiais de consumo); os valores de uniformes e equipamentos apostos na planilha de custos e formação de preços são divididos pela frequência de fornecimento meramente para fins de julgamento da proposta. Não haverá pagamento mensal de parcela do custo de uniformes e equipamentos. O valor dos uniformes e equipamentos somente será pago na integralidade no mês em que houver a comprovação da efetiva entrega do uniforme ou equipamento<sup>2</sup>. De forma semelhante será pago os materiais de consumo como componente do custo de ferramental dos profissionais, conforme valor indicado na planilha de custos e formação de preços, e de acordo com as quantidades efetivamente fornecidas.

**7.1.3.4.1.** Os equipamentos e insumos adquiridos ao longo do contrato serão considerados como bens do Tribunal. É responsabilidade da empresa adquirir e manter os equipamentos durante a vigência contratual. Ao final do contrato a CONTRATADA deverá retornar os equipamentos para a FISCALIZAÇÃO em perfeito funcionamento.

**7.1.3.4.2.** Caberá a FISCALIZAÇÃO realizar os procedimentos para incorporar as ferramentas e equipamentos adquiridos ao longo do contrato que forem considerados bens móveis ao patrimônio do próprio Tribunal.

**7.1.3.5. Módulo 6:** Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL), que serão calculados tendo por base de cálculo apenas o valor dos itens acima.

**7.1.4.** Os valores referentes a férias, 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, 13<sup>o</sup> (décimo terceiro) salários, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto, não serão parte integrante dos pagamentos mensais ao Contratado, devendo ser pagos pela Administração ao Contratado somente na ocorrência do seu fato gerador;

**7.1.5.** A não ocorrência dos fatos geradores discriminados neste item não gera direito adquirido para o Contratado das referidas verbas ao final da vigência do contrato, devendo o pagamento seguir as regras previstas no contrato.

As verbas discriminadas no item anterior somente serão liberadas nas seguintes condições:

---

<sup>2</sup> Por exemplo, se o custo total do kit de uniforme da função servente for R\$500,00, no 1<sup>o</sup> mês do contrato, quando for entregue o 1<sup>o</sup> kit de uniforme, a contratada receberá R\$500, não recebendo por esse uniforme nos próximos meses. O próximo pagamento por uniforme somente ocorrerá quando houver a comprovação de entrega do 2<sup>o</sup> kit de uniforme. Da mesma forma, se a proposta da contratada prever a alocação de uma enceradeira, no 1<sup>o</sup> mês do contrato, quando for entregue a 1<sup>a</sup> enceradeira, a contratada receberá por ela, não recebendo por esse equipamento nos próximos meses. O próximo pagamento por enceradeira somente ocorrerá quando completado o período de frequência e for comprovada a entrega de equipamento novo.

**7.1.6.** pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

**7.1.7.** pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

**7.1.8.** pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato;

**7.1.9.** pelos valores correspondentes às ausências legais efetivamente ocorridas dos empregados vinculados ao contrato; e

**7.1.10.** outras de evento futuro e incerto, após efetivamente ocorridas, pelos seus valores correspondentes.

**7.1.11.** A responsabilidade pelo correto cálculo dos valores devidos pelos fatos geradores é, total e exclusivamente, da CONTRATADA, sendo vedado à CONTRATADA, após o pagamento do respectivo mês, pleitear pagamento suplementar por erro na apuração do valor devido.

**7.1.12.** A não ocorrência dos fatos geradores não gera direito adquirido para o recebimento pela CONTRATADA das referidas verbas durante e ao final da vigência do contrato.

**7.1.13.** O TCE/PR não arcará com valores que se vinculem a situações ocorridas fora do contrato, por exemplo, se empregado for realocado para prestar serviço em outro local e, após esse fato, for demitido, a obrigação de pagamento das verbas rescisórias será somente da CONTRATADA.

## **7.2. Recebimento e pagamento**

**7.2.1.** Cada faturamento compreenderá os fatos ocorridos no exato período do mês, de seu dia 1º ao seu último dia. Por exemplo, se o contrato começar 13/10/22, o faturamento de out./22 abrangerá o período de 13/10/22 a 31/10/22. E, o faturamento de nov./22 abrangerá o período de 01/11/22 a 30/11/22.

**7.2.2.** O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA após o envio da nota fiscal e da documentação comprobatória, que além da nota fiscal e da documentação fiscal, abrangerá as seguintes documentações comprobatórias:

**7.2.2.1.** Folha de Pagamento com detalhamento de vantagens e descontos, bem como os respectivos comprovantes de pagamento;

**7.2.2.2.** Relação de pagamento do Vale-Transporte;

**7.2.2.3.** Relação de pagamento do Auxílio-Alimentação;

**7.2.2.4.** Folha de Registro de Controle de Jornada eletrônica por funcionário;

**7.2.2.5.** Relatório das substituições ocorridas no mês, indicando nome do substituído e do substituto e o período;

**7.2.2.6.** Documento detalhado, recibo de entrega e comprovante de pagamento da DCTFWEB (IS RFB nº 2005/21 e alterações);

**7.2.2.7.** Comprovante de recolhimento das contribuições ao INSS (GPS) referente à última competência exigível;

**7.2.2.8.** Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) referente à última competência exigível;

**7.2.3.** Documento detalhado e comprovante de envio do E-Social (Portaria SEPRT nº 1.127/2019; SEPRT nº 06/20 e alterações);

**7.2.4.** Adicionalmente, quando ocorrer o respectivo evento, as documentações trabalhistas anexadas, serão:

**7.2.4.1.** Realização de Atestados de Saúde Ocupacional – ASO periódicos, quando for o caso;

**7.2.4.2.** Pagamento do 13º salário;

**7.2.4.3.** Concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;

**7.2.4.4.** Quando da admissão de empregado, fornecer cópia de:

**7.2.4.5.** Registro de empregado;

**7.2.4.6.** Contrato de Experiência;

**7.2.4.7.** Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

**7.2.4.8.** Atestado de Saúde Ocupacional – ASO Admissional;

**7.2.4.9.** Termo de Responsabilidade – concessão de Salário-Família;

**7.2.4.10.** Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda;

**7.2.4.11.** Equipamento de Proteção Individual (EPIs);

**7.2.5.** Quando da demissão de empregado, fornecer cópia de:

**7.2.5.1.** Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT;

**7.2.5.2.** Comprovante de pagamento do TRCT;

**7.2.5.3.** Aviso Prévio e/ou Dispensa do empregado;

**7.2.5.4.** Atestado de Saúde Ocupacional – ASO Demissional;

**7.2.5.5.** Baixa no Registro de empregado;

**7.2.5.6.** Baixa e comprovante de entrega da CTPS;

**7.2.5.7.** Comprovante movimentação conectividade social;

**7.2.5.8.** Comprovante de recolhimento FGTS/GRRF da rescisão;

**7.2.5.9.** Extrato FGTS para fins rescisórios;

**7.2.5.10.** Comunicação de dispensa (Seguro-Desemprego);

**7.2.5.11.** Folha de Registro de Controle de Jornada do mês da rescisão;

**7.2.5.12.** E-Social – rescisão do empregado;

**7.2.6.** Quando da realocação de empregado, fornecer declaração de realocação de empregado sem rescisão de contrato de trabalho;

**7.2.7.** Quando da Alteração de função de empregado, fornecer cópia de:

**7.2.7.1.** CTPS – alteração de função;

**7.2.7.2.** Atestado de Saúde Ocupacional – ASO Alteração de Função;

**7.2.7.3.** Documentos de manutenção da regularidade fiscal e trabalhista:

**7.2.7.4.** Certidão Conjunta Receita Federal/PGFN;

**7.2.7.5.** Certidão Regularidade perante a Fazenda Estadual;

**7.2.7.6.** Certidão Regularidade perante a Fazenda Municipal;

**7.2.7.7.** Certidão Regularidade do FGTS (CRF);

**7.2.7.8.** Certidão Débitos Trabalhistas (CNDT);

**7.2.7.9.** Declaração de cumprimento do inc. XXXIII, art. 7º, CF/88.

**7.2.8.** Recibos de uniformes, materiais de consumo e equipamentos entregues no mês, com as respectivas quantidades;

**7.2.9.** Demais declarações de informações trabalhistas exigidas pela legislação e não descritas acima, quando aplicável;

**7.2.10.** Relatório descritivo e fotográfico dos serviços técnicos de manutenção predial realizados, indicando todos os materiais, equipamentos e serviços empregados.

**7.2.11.** Um Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), que deve ser preenchido mensalmente, trimestralmente, semestralmente e anualmente. Este plano deve seguir o modelo fornecido no edital de licitação com aprimoramento do mesmo. A empresa deverá emitir anualmente a responsabilidade técnica sobre a manutenção dos sistemas de climatização da edificação (ART);

**7.2.12.** Entrega dos projetos atualizados com qualquer modificação física ou atualização necessária no sistema, incluindo as built do prédio;

**7.2.13.** Relatório de atendimento dos Chamados de corretiva;

**7.2.14.** Documento de atualização das plataformas dos Gerenciadores como CSNET e ACP ou outros para controle externo remoto das máquinas;

**7.2.15.** Entrega dos relatórios de qualidade do ar (quando ocorrer);

**7.2.16.** Entrega de cronograma de rotinas, inspeções, limpezas e preventivas;

**7.2.17.** Ficha de materiais e equipamentos atualizada com todas as máquinas do prédio;

**7.2.18.** Ficha de ferramentas da CONTRATADA;

**7.2.19.** Relatório dos orçamentos das peças de reposição para aprovação.

**7.2.20.** A documentação deve ser entregue em formato digital, na ordem e no formato de mídia (digitalizado em formato pdf, xlsx ou outro) determinados pela Fiscalização do TCE/PR.

**7.2.21.** O pagamento só será protocolizado após a entrega total da documentação necessária. Após o recebimento da documentação, a fiscalização procederá com o recebimento definitivo no prazo de 15 dias corridos e enviará para a Diretoria de Finanças que terá um prazo de 30 dias corridos para efetivar o pagamento.

**7.2.22.** Caso não seja apresentada a documentação acima ou não seja claramente comprovado o pagamento de qualquer verba trabalhista, previdenciária ou tributária, o TCE/PR notificará a CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**7.2.23.** Em não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, o TCE/PR está autorizado a depositar os valores retidos cautelarmente junto

à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados no pagamento de salários e demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

**7.2.24.** Nesse caso, o sindicato representante da categoria do trabalhador será notificado pelo TCE/PR para acompanhar o pagamento das verbas trabalhistas aos empregados, bem como, o recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS.

**7.3.** O objeto será recebido a cada mês:

**7.3.1.** provisoriamente, por seu fiscal, mediante termo de recebimento provisório;

**7.3.2.** definitivamente, por comissão de recebimento, mediante termo de recebimento definitivo, no prazo máximo de 20 dias, contados do recebimento provisório.

**7.3.3.** A execução completa do contrato só acontecerá quando a contratada comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS dos empregados da contratada alocados à execução do serviço.

**7.3.4.** O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo da rescisão do contrato e aplicação das sanções cabíveis.

**7.3.5.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**7.4.** Liquidação

**7.4.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 dias corridos para fins de liquidação.

**7.4.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**7.4.2.1.** o prazo de validade;

**7.4.2.2.** a data da emissão;

**7.4.2.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;

**7.4.2.4.** o período respectivo de execução do contrato;

**7.4.2.5.** o valor a pagar; e

**7.4.2.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



**7.4.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.4.4.** O pagamento será precedido de consulta ao GMS, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

**7.4.5.** Na hipótese de irregularidade no cadastro ou habilitação no GMS, a contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

**7.4.6.** O pagamento efetuado pelo TCE/PR não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

**7.4.7.** É vedado à contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

**7.4.8.** Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo TCE/PR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## **7.5. Forma de pagamento**

**7.5.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.5.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.5.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.5.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

## **8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR**

### **8.1. Metodologia para a licitação**

**8.1.1.** Esta contratação será realizada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.

**8.1.2.** O critério de julgamento será o MENOR PREÇO GLOBAL.

**8.1.3.** Modo de disputa aberto/fechado.

### **8.2. Classificação como objeto comum**

**8.2.1.** A finalidade desta contratação enquadra-se como um bem ou serviço comum, conforme estipulado pela Lei de Licitação nº 14.133 de 2021. Segundo os termos desta legislação, bens e serviços comuns são definidos como aqueles cujos parâmetros de desempenho e qualidade podem ser estabelecidos de maneira objetiva pelo edital, seguindo as especificações tradicionalmente aceitas no mercado.

### **8.3. Participação de consórcio de empresas e de cooperativas de mão de obra**

**8.3.1.** Fica vedada a participação de empresas reunidas em consórcio, bem como a participação de cooperativas de trabalho ou de mão de obra, no processo licitatório e na execução do objeto contratual.

**8.3.1.1.** A vedação à participação em consórcio fundamenta-se na natureza do serviço a ser prestado, que exige responsabilidade direta e individual da empresa contratada, com atuação coordenada e centralizada, inviável de ser devidamente garantida por estrutura consorciada.

**8.3.1.2.** A exclusão das cooperativas de mão de obra, por sua vez, decorre da incompatibilidade entre a natureza do contrato e a legislação que rege as

cooperativas, considerando que o vínculo contratual pressupõe obrigações de ordem administrativa, técnica e gerencial que demandam atuação empresarial com responsabilidade individual e direta pela execução integral do objeto.

**8.3.1.3.** Tal restrição visa preservar o interesse público, assegurar a regularidade da execução contratual, a adequada supervisão dos serviços e a mitigação de riscos operacionais, jurídicos e trabalhistas.

## **8.4. Contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**

**8.4.1.** Não serão aplicados os benefícios previstos na legislação para microempresas e empresas de pequeno porte, haja vista que o seu valor anual estimado é superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme o art. 4º, §1º, inciso I da Lei 14.133/21.

**8.4.2.** A licitação será de ampla participação, sem exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte, pois o objeto possui valor superior a R\$ 80.000,00.

## **8.5. Requisitos de habilitação**

**8.5.1.** Documentos relativos à habilitação jurídica:

**8.5.1.1.** Documentação ordinária, em conformidade com os artigos 66, 68 e 70 da Lei nº 14.133/21.

**8.5.2.** Qualificação Técnica

**8.5.2.1.** Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

**8.5.2.2.** Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais) em plena validade, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade.

**8.5.2.3.** Comprovação de credenciamento ou autorização junto a todos os fabricantes dos equipamentos da LG.

**8.5.3.** Quanto à capacitação técnico-operacional:

**8.5.3.1.** Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à:

**8.5.3.1.1.** execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistema de climatização, com no mínimo 422TR (Capacidade da edificação/2).

**8.5.3.1.2.** É vedado o somatório de atestados para efeito de comprovação de capacidade técnico-operacional, visto que vários serviços menores não refletem a expertise necessária para um serviço de manutenção com a magnitude do escopo licitado.

**8.5.4.** Quanto à capacitação técnico-profissional:

**8.5.4.1.** Declaração, sob assinatura do representante legal da empresa ou responsável técnico, ou outro documento hábil que assegure que, sendo vencedora da licitação, a licitante disponibilizará pessoal para a execução do objeto da licitação e comprovará junto à CONTRATANTE o atendimento aos requisitos de qualificação exigidos para os profissionais, definidos no item 5.2 e 5.3 deste Termo de Referência.

**8.5.5.** Da Qualificação Econômico-Financeira

**8.5.5.1.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

**8.5.5.2.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

**8.5.5.3.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Total}}$$

---

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

#### **8.5.5.4. Cumulativamente<sup>3</sup>:**

**8.5.5.4.1.** Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

**8.5.5.4.2.** Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

**8.5.5.4.3.** O percentual adotado leva em consideração os riscos da contratação, sua complexidade e a necessidade de garantir que a contratada disponha de recursos financeiros suficientes para executar o objeto contratual com regularidade e segurança.

#### **8.5.5.5. Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:**

**8.5.5.5.1.** Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

---

<sup>3</sup> Deverá ser exigida, cumulativamente, a comprovação do Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro de, no mínimo, 16,66%, e do patrimônio líquido de 10% do valor anual estimado da contratação, independentemente do resultado dos índices de Liquidez e Solvência, com base no item 11, "b" e "c", do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n.º 05/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME n.º 98/2022.

- 8.5.5.5.2.** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- 8.5.5.5.3.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.5.5.5.4.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;
- 8.5.5.5.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.5.5.5.6.** As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 8.5.5.5.7.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
- 8.5.5.5.8.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 8.5.5.5.9.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou

empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

**8.5.5.5.10.** A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

**8.5.5.5.11.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

**8.5.5.5.12.** Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

## 8.6. Proposta de preços

**8.6.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar a proposta e a Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme o modelo elaborado pela administração, com os respectivos valores adequados ao valor final do lance ofertado, observado o seguinte, sob pena de não aceitação da proposta:

**8.6.1.1.** adequação ao objeto e às regras do respectivo edital;

**8.6.1.2.** os critérios de exequibilidade da proposta;

**8.6.1.3.** a compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e ao acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho;

**8.6.1.4.** os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital; e. a produtividade adotada, se couber;

**8.6.1.5.** a quantidade de pessoal que será alocada na execução dos serviços;

**8.6.1.6.** o acordo, a convenção ou dissídio coletivo de trabalho;

**8.6.1.7.** indicação da modalidade de garantia que pretende ofertar, e, no caso, de escolha pelo seguro- garantia, dar ciência do prazo de entrega em até trinta dias a contar da homologação deste pregão.

**8.6.2.** Deverá a proposta:

**8.6.2.1.** apresentar a identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários e indicação de endereço eletrônico (e-mail);

**8.6.2.2.** planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, incluindo o detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES) com os valores readequados à proposta vencedora;

**8.6.2.3.** a proposta deverá ser confeccionada a partir do arquivo eletrônico disponível no sítio eletrônico do TCE/PR, no link <https://pncp.tce.pr.gov.br/>.

**8.6.2.4.** os licitantes deverão observar o disposto no Anexo que trata das orientações para o preenchimento das planilhas de custos;

**8.6.2.5.** as propostas de preços não poderão conter valores de salários inferiores ao estabelecido nas Convenções Coletivas de Trabalho indicadas pelos licitantes;

**8.6.2.6.** as licitantes deverão indicar os sindicatos, acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas-bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, nos termos da alínea "c" do item 6.2 do anexo VII-A da IN Seges/MP n. 5/2017;

**8.6.2.7.** respeitado o resultado da soma dos limites máximos definidos, os licitantes poderão cotar percentuais para os custos indiretos e margem de lucro fora dos patamares definidos no item acima.

**8.6.2.8.** Além dos requisitos previstos no item 8.6.2, a proposta de preços a ser encaminhada, independente da fase em que estiver, deverá conter:

**8.6.2.9.** a descrição clara do item cotado, com indicação da quantidade, especialmente do pessoal que será alocado na execução contratual, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, ANEXO I deste Edital, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação;

**8.6.2.10.** prazo de validade da proposta não inferior a 180 dias, contado da data da sessão pública de recebimento da proposta de preços.



**8.6.3.** Nos valores propostos, devem estar incluídos todos os gastos direta e indiretamente relacionados à execução dos serviços, abrangendo, mas não se limitando a: salários, transporte, seguros, encargos sociais, encargos fiscais e taxas comerciais, impostos, contribuições, tarifas públicas e quaisquer outros custos aplicáveis, necessários para o cumprimento integral do objeto contratado. Além disso, devem estar contemplados todos os custos acessórios referentes aos profissionais eventualmente designados para a prestação dos serviços, incluindo, mas não se limitando a: deslocamentos, hospedagens, treinamentos, entre outros.

#### **8.6.4. Aspectos Tributários Relevantes**

**8.6.4.1.** Devido à natureza dos serviços a serem prestados, que envolvem cessão de mão de obra, as empresas participantes NÃO devem calcular suas propostas considerando os benefícios tributários do Simples Nacional. Conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, inciso XII, não é permitido às microempresas ou empresas de pequeno porte que realizem cessão ou locação de mão de obra recolherem impostos e contribuições na forma do Simples Nacional.

**8.6.4.2.** Embora empresas inscritas no Simples Nacional possam participar do certame, é essencial que elaborem suas propostas desconsiderando os benefícios tributários do Simples Nacional. Além disso, devem estar cientes de que, caso sejam contratadas, deverão apresentar cópia de ofício comunicando à Receita Federal a assinatura do contrato, renunciando à opção pelo Simples Nacional. Dessa forma, não mais se beneficiarão do referido regime tributário a partir do mês seguinte à contratação, em conformidade com o Acórdão n. 2798/2010 - TCU - Plenário

**8.6.4.3.** Na hipótese de a empresa estar, quando da apresentação da proposta, em regime de tributação diverso daquele constante da referida proposta, deverá encaminhar Termo de Compromisso, conforme modelo contido em Apêndice a este Termo de Referência, pelo qual se obriga a apresentar, a qualquer tempo que for devido, documentação comprobatória visando ao atendimento do contido no anexo, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades cabíveis, e ainda não poderá se valer do instituto da revisão para solicitar a alteração de seus custos.

**8.6.4.4.** O licitante deverá informar o código do serviço conforme a lista anexa à Lei Complementar 116/2003 no Módulo 6.C.2 (Tributos Municipais) para fins de averiguação da alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN a ser utilizada no faturamento dos serviços, sem prejuízo da comprovação de outros tributos incidentes sobre o faturamento dos serviços.

**8.6.4.5.** Caso o licitante esteja legalmente enquadrado no regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB, nos termos da Lei nº 12.546/2011, com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.973/2024, a formação da proposta deverá observar exclusivamente as alíquotas vigentes no exercício de 2026, considerado o regime de transição para a reoneração da folha de pagamentos.

**8.6.4.5.1.** Para fins de precificação, é vedada a utilização de alíquotas médias, projeções futuras ou percentuais relativos a exercícios distintos, devendo o licitante adotar apenas os percentuais legalmente aplicáveis ao exercício de 2026, tanto para a CPRB quanto para a contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, conforme o enquadramento específico de cada empresa.

**8.6.4.5.2.** Eventual majoração das alíquotas previdenciárias durante a vigência contratual, decorrente de alteração legislativa superveniente ou da evolução do regime de transição, não deverá ser antecipada na proposta, podendo ensejar pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente comprovada a repercussão efetiva nos custos do contrato.

**8.6.4.6.** No total da carga tributária constante da planilha de formação de preços, o licitante **não poderá incluir** as alíquotas referentes ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, haja vista o disposto na Súmula TCU n. 254.

**8.6.4.6.1.** Por ocasião da liquidação e do pagamento dos serviços faturados pela adjudicatária, apesar de não poderem ser incluídos na planilha de formação de preços, o TCE/PR efetuará a retenção das alíquotas referentes ao IRPJ e à CSLL, observando as alíquotas indicadas na Instrução Normativa RFB n. 1234, de 11 de janeiro de 2012, e suas atualizações posteriores, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. O ato de retenção observará as competências atribuídas ao substituto tributário, nos termos da legislação tributária.

**8.6.4.7.** O percentual máximo de custos indiretos definido é 5% (cinco por cento) e o percentual máximo da margem de lucro terá o valor de 10% (dez por cento). A cotação de percentuais irrisórios ou iguais a zero deverá ser previamente justificada pelos licitantes, cabendo a equipe de apoio do pregoeiro analisar a pertinência da justificativa.

**8.6.4.7.1.** Respeitado o resultado da soma dos limites máximos definidos, os licitantes poderão cotar percentuais para os custos indiretos e margem de lucro fora dos patamares definidos no item acima, conforme Acórdão n. 408/2019 - TCU - Plenário.

## **8.7. Exequibilidade da proposta**

**8.7.1.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a LICITANTE comprove a exequibilidade da proposta.

**8.7.2. É indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.**

**8.7.3.** Para comprovar exequibilidade, as licitantes deverão apresentar justificativas fundamentadas em arcabouço documental que comprovem a viabilidade e a compatibilidade dos valores ofertados com sua estrutura de custos e despesas necessárias à completa execução do objeto contratual.

**8.7.4.** Meras alegações sem base documental não constituirão elementos capazes de comprovar a exequibilidade.

**8.7.5.** São exemplos de documentações complementares que poderão ser solicitadas das LICITANTES para embasar a análise de exequibilidade e/ou inexecuibilidade dos preços ofertados:

- a) CONTRATO(S) e FATURA(S) com objetos e preços compatíveis aos ofertados pelas LICITANTES para a presente contratação, acompanhado(s) de notas fiscais e declaração(ões) de CONTRATANTES que comprovem a execução satisfatória do objeto;
- b) MEMÓRIAS DE CÁLCULO, registros profissionais ou evidências documentais que comprovem a viabilidade do valor ofertado, baseando-se, primariamente, nos parâmetros de custos de insumos, salários, incidência de custos indiretos, tributos e lucro.

**8.7.6.** Todas as informações fornecidas estarão sujeitas a diligências nos termos da lei.

**8.7.7.** Na diligência será verificado se o preço proposto pela empresa é compatível com o praticado nos contratos apresentados cujo objeto seja compatível com esta contratação,

considerando os padrões de qualidade esperados e especificações constantes neste Termo de Referência e seus Apêndices/Anexos.

**8.7.8.** Havendo indício de inexecutabilidade, serão instauradas tantas diligências quantas forem necessárias para que as LICITANTES ofertantes possam comprovar sua executabilidade e/ou para que as áreas competentes tenham segurança suficiente para decidir por sua classificação ou desclassificação.

**8.7.9.** Após análise das informações, caso fique caracterizada a inexecutabilidade do preço proposto, considerando os padrões de qualidade esperados e especificações constantes neste Termo de Referência e seus Apêndices/Anexos, a LICITANTE será desclassificada e será então convocada a próxima LICITANTE, respeitada a ordem de classificação do Pregão.

**8.7.10.** No caso de desclassificação da LICITANTE, será convocada a próxima licitante classificada para envio da proposta de preços e assim sucessivamente, até que uma licitante cumpra os requisitos especificados e seja declarada vencedora.

## 8.8. Da Aceitabilidade da Proposta

**8.8.1.** Para fins de estimativa, adota-se como referência sindical o Sindicato da Indústria da Construção Civil (**SINDUSCON**) para os postos de Engenheiro Eletricista e/ou Engenheiro Mecânico, Auxiliar de Manutenção, Mecânico de Refrigeração e Eletricista, com previsão de direitos como: auxílio-refeição/alimentação (cláusula 6ª, §8º), convênio médico-odontológico (cláusula 16ª, §1º), café da manhã (cláusula 7ª), seguro de vida (cláusula 17ª) e adicional de estímulo (cláusula 12ª).

**8.8.2.** As licitantes deverão indicar os sindicatos, acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas-bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, nos termos da alínea "c" do item 6.2 do anexo VII-A da IN Seges/MP n. 5/2017.

**8.8.3.** As propostas para os cargos de Engenheiro Mecânico e/ ou Eletricista, Mecânico de Refrigeração e Eletricista **NÃO PODERÃO** apresentar salário-base ou valor recebido pelos empregados em virtude de vale alimentação inferiores aos orçados pelo Tribunal.

**8.8.3.1.** A restrição trata do valor base, não do valor total, que poderá ser inferior a depender do BDI, tributação etc., conforme disposto na proposta da licitante.

**8.8.3.2.** Caso a licitante apresente proposta com salário-base ou valor recebido pelos empregados em virtude de diárias e vale alimentação inferiores aos orçados pelo Tribunal, o Pregoeiro fixará prazo para ajuste da proposta.

**8.8.3.3.** O não atendimento à solicitação do Pregoeiro no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo implica a desclassificação da proposta.

**8.8.3.4.** O ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global.

**8.8.4.** Caso a CCT balizadora da proposta formulada seja a mesma CCT balizadora da planilha de formação de preços, **NÃO se admitirá a alteração dos valores:**

**8.8.4.1.** do salário-base e do auxílio-alimentação; e

**8.8.4.2.** dos benefícios auxílio funeral, auxílio saúde e assistência odontológica, indicados na Planilha de Formação de Preços.

**8.8.5.** Caso a CCT balizadora da proposta formulada seja diferente da CCT balizadora da planilha de formação de preços, **NÃO se admitirá:**

**8.8.5.1.** inclusão de benefícios, exceto os trabalhistas, diferentes dos constantes da Planilha de Formação de Preços - Anexo II deste Edital;

**8.8.5.2.** a alteração dos valores do salário-base indicados na Planilha de Formação de Preços.

**8.8.5.3.** para os benefícios auxílio funeral, auxílio saúde e assistência odontológica valores divergentes dos estabelecidos na CCT indicada, pela licitante.

## 9. ASPECTOS CONTRATUAIS

### 9.1. Subcontratação e Alteração Subjetiva

**9.1.1.** É vedada a subcontratação total do objeto contratado.

**9.1.2.** É permitida a subcontratação parcial do objeto para atividades como laudos, relatórios, procedimentos de limpeza, detecção de patógenos e serviços correlatos com a qualidade de ar como limpeza de dutos e atuação sobre parâmetros físicos, químicos e biológicos da qualidade do ar.

**9.1.2.1.** Será admitida a subcontratação, por parte da CONTRATADA, de serviços técnicos especializados vinculados ao escopo de climatização, incluindo emissão de laudos técnicos de qualidade do ar interior, higienização e descontaminação de

redes de dutos, bem como demais intervenções associadas ao controle da qualidade do ar ambiente

**9.1.3. É proibida a alteração subjetiva do contrato**, ou seja, a substituição da empresa contratada por terceiros.

**9.1.4.** Essas vedações têm como objetivo **assegurar a continuidade, a responsabilidade direta e a rastreabilidade da execução do contrato**, bem como preservar a integridade da proposta vencedora do certame e garantir a conformidade com os critérios de habilitação e julgamento que fundamentaram a contratação.

## 9.2. Obrigações do CONTRATANTE

**9.2.1.** Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;

**9.2.2.** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado;

**9.2.3.** Comunicar, por escrito, à contratada qualquer irregularidade verificada no objeto fornecido;

**9.2.4.** Comunicar, por escrito, à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;

**9.2.5.** Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas;

**9.2.6.** Sancionar a contratada e rescindir o contrato sempre que necessário por descumprimento do contrato ou por não atender mais os interesses dessa corte de contas.

## 9.3. Obrigações da CONTRATADA

**9.3.1.** Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços, por exigência Fiscalização do Contrato, que indicará o prazo para as correções ou providências necessárias e compatíveis com a extensão, complexidade e criticidade.

**9.3.2.** Manter os sistemas e subsistemas constantes do presente Termo de Referência em perfeito estado de funcionamento, eficiência e limpeza, mediante manutenções preventiva, corretivas e preditivas, utilizando, quando necessário, sinalização adequada para cada tipo de serviço, com a utilização de placas com os dizeres "EM MANUTENÇÃO", no caso de execução dos serviços em áreas de circulação de pessoas;

**9.3.2.1.** É da competência do corpo técnico especializado da CONTRATADA - engenheiros - promover as ações necessárias ao diagnóstico, identificação de causas que ocasionarem eventuais falhas ou mau funcionamento nos sistemas e subsistemas propondo ações com o objetivo de restabelecer o correto funcionamento dos mesmos.

**9.3.3.** Executar os serviços de acordo com as normas vigentes, boa técnica e especificações, gerais e específicas, devendo qualquer solicitação de modificação, assim como qualquer esclarecimento adicional, ser formulado por escrito, devidamente fundamentado, para análise da CONTRATANTE;

**9.3.3.1.** A CONTRATADA deverá, necessariamente, fundamentar seus laudos, pareceres e solicitações, bem como, previamente a solicitação de execução de quaisquer serviços extraordinários apresentar diagnóstico conclusivo afeto a solicitação.

**9.3.4.** Elaborar, sob a supervisão da FISCALIZAÇÃO, Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC

**9.3.4.1.** A elaboração do PMOC terá início no dia consignado para o início dos serviços.

**9.3.4.2.** O prazo para conclusão, apresentação e implementação do PMOC será de sessenta dias corridos após o início dos serviços.

**9.3.4.3.** O PMOC abrangerá, no mínimo, o PROGRAMA MÍNIMO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA estabelecido no edital podendo ser revisado, acrescido ou alterado, com a anuência da FISCALIZAÇÃO e no interesse da Administração.

**9.3.4.4.** Irão constar do PMOC os Procedimentos Específicos de Manutenção, preventiva e preditiva, conforme definição abaixo.

**9.3.4.5.** A CONTRATADA, sob a supervisão da FISCALIZAÇÃO, irá elaborar, a qualquer tempo, mediante solicitação, Procedimentos Específicos de Manutenção,



preventiva, corretiva e preditiva, os quais, após aprovados, passarão a fazer parte do PMOC e das rotinas de trabalho da equipe de trabalho da CONTRATADA.

**9.3.4.6.** O PMOC será gerido pela CONTRATADA e deverá ser elaborado em plataforma digital para preenchimento diário e entrega mensal. Além disso, deverá conter as funcionalidades previstas conforme Termo de Referência.

**9.3.4.7.** A execução de serviços de maior vulto, que impliquem na paralisação do equipamento por períodos prolongados, deverá ocorrer somente após aprovação prévia da FISCALIZAÇÃO. Tais serviços deverão ser realizados, preferencialmente, fora do horário de expediente, como, por exemplo, até às 8h da manhã, ou no período da tarde, entre 18h e 20h. Quando necessário, os serviços poderão ser executados aos finais de semana com aprovação prévia da CONTRATANTE.

**9.3.5.** Fornecer os materiais consumíveis e de uso comum, tais como: graxas, produtos antiferrugem, sabões, detergentes, estopas, panos, palha de aço, solda, materiais de escritório, anilhas, conector terminal, abraçadeiras de nylon, parafusos, arruelas, baldes, escovas e etc., os quais deverão ser de primeira qualidade e estar em condição de uso.

**9.3.5.1.** A lista acima não é exaustiva e pode incluir itens não descritos ou relacionados, mas que possam ser necessários a manutenção do correto funcionamento dos sistemas e a realização dos serviços previstos no Programa Mínimo de Manutenção e no PMOC.

**9.3.5.2.** Os valores referentes ao custeio desses itens estão provisionados na planilha orçamentaria global (módulo 5 das planilhas de custos analíticas) e serão pagos, mensalmente, mediante apresentação dos comprovantes de aquisição, histórico de consumo e verificação do seu emprego.

**9.3.5.3.** Materiais de escritório e itens irrelevantes não descritos no detalhamento orçamentário dos insumos (módulo 5 das planilhas analíticas de custos) serão cobertos pela taxa de administração que compõe o custo indireto (módulo 6 das planilhas analíticas de custos e de formação de preços).

**9.3.6.** Fornecer, mediante ressarcimento, quando solicitado, devidamente e previamente aprovado pela equipe de fiscalização do contrato, todas as peças, componentes, acessórios e serviços eventuais necessários à manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos constantes deste termo, tais como: compressor, motores, bombas, gases refrigerantes, gases especiais, correias, rolamentos, mantas filtrantes G3, lixas, lubrificantes, tinta,



solventes, gaxetas, e outros necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos sempre com produtos de primeira qualidade.

**9.3.6.1.** A lista acima não é exaustiva e pode incluir itens não descritos ou relacionados, mas que possam ser necessários a manutenção do correto funcionamento dos sistemas e a realização dos serviços previstos no Programa Mínimo de Manutenção e no PMOC.

**9.3.6.2.** Serão ressarcidos os recursos materiais e peças destinados a todos os serviços extraordinários, bem como pequenos reparos e consertos de equipamentos que demandem a sua utilização, mediante a apresentação de orçamento(s) para compra coletado(s) no mercado para a devida análise e aprovação por parte da FISCALIZAÇÃO.

**9.3.6.3.** No caso de haver apenas um fornecedor da peça ou material, a CONTRATADA deverá justificar a incapacidade de fornecimento de outras empresas;

**9.3.6.4.** Não obstante a apresentação de orçamentos pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá realizar diligências no sentido de verificar a existência de fabricantes, fornecedores ou distribuidores que possuam propostas mais vantajosas para a Administração.

**9.3.6.5.** Utilizar materiais novos, de primeira linha com qualidade igual ou superior aos existentes nas instalações, reservando-se à CONTRATANTE o direito de recusar qualquer material ou produto que apresentarem indícios de serem reciclados, recondicionados ou reaproveitados.

**9.3.6.6.** Deverão ser utilizadas apenas peças de reposição originais bem como materiais de primeira linha.

**9.3.6.7.** As peças substituídas deverão ser entregues à equipe de Fiscalização do Contrato.

**9.3.7.** O fornecimento de peças, componentes e acessórios será feito mediante ressarcimento à CONTRATADA, junto com a fatura mensal dos serviços ou por meio de documentação específica para aquisição desses produtos.

**9.3.7.1.** Previamente à aquisição de peças, componentes, acessórios e consumíveis, a CONTRATADA deverá apresentar relatório técnico detalhando a necessidade, aplicação e quantidade dos insumos;

**9.3.7.2.** Caberá a CONTRATADA comprovar a necessidade de substituição ou aplicação do material por ela solicitado, cuja justificativa deverá ser assinada pelo Responsável Técnico e encaminhada ao Gestor do Contrato para aprovação.

**9.3.8.** Após a análise por parte da FISCALIZAÇÃO será autorizada a realização de pesquisa de preços e orçamento(s) junto ao(s) fornecedor(s) para aprovação prévia do CONTRATANTE.

**9.3.8.1.** As aquisições serão baseadas na cotação mais vantajosa para a administração, observando o mercado do produto.

**9.3.8.2.** Após autorizada a aquisição a CONTRATADA deverá adquirir e aplicar os insumos e comunicar a FISCALIZAÇÃO.

**9.3.8.3.** A FISCALIZAÇÃO irá realizar a vistoria para proceder o recebimento e dar como concluída a aquisição.

**9.3.9.** Após estar concluída a aquisição, mediante recebimento firmado pela FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA poderá realizar o faturamento das peças, componentes, acessórios e consumíveis adquiridos.

**9.3.9.1.** O faturamento se dará mensalmente e conterà os materiais fornecidos, aplicados e recebidos no mês anterior.

**9.3.9.2.** O faturamento deverá ser feito separadamente do faturamento principal referente aos serviços ordinários previstos no objeto contratual, e sobre este não incidirão impostos nem retenções, já recolhidos no momento da aquisição pela contratada.

**9.3.9.3.** As notas fiscais originais dos produtos adquiridos deverão ser apresentadas juntamente com a fatura de ressarcimento.

**9.3.10.** Além do fornecimento de peças, componentes, acessórios e consumíveis, eventualmente, a CONTRATADA deverá realizar serviços eventuais afetos às áreas e sistemas abrangidos no objeto contratual frente a instalação desses componentes.

**9.3.10.1.** Após a aprovação do orçamento, pela FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá realizar os serviços conforme especificações e quantidades constantes dos orçamentos apresentados e no prazo consignado no cronograma.

**9.3.10.2.** No momento do faturamento deverá ser aplicado o desconto consignado na proposta de preços ofertada pela CONTRATADA quando aplicável.

**9.3.10.3.** A garantia desses serviços será de 90 (noventa) dias corridos a partir do recebimento definitivo.

**9.3.11.** Fornecer, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes de sua execução.

**9.3.12.** Fornecer todos os equipamentos, ferramentas, aparelhos de medições e testes indispensáveis à execução dos serviços solicitados, sejam eles definitivos ou temporários, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda destes, sem prejuízo da manutenção dos equipamentos e ferramental constantes da PLANILHA DE DETALHAMENTO DO CUSTO, nas dependências do TCE/PR permanentemente.

**9.3.12.1.** O ferramental listado é o mínimo necessário a realização dos serviços, devendo a CONTRATADA dispor de todo o ferramental necessário para a realização dos serviços a qualquer tempo, sem prejuízo das penalidades cabíveis pela inexecução de serviços por falta de ferramental.

**9.3.13.** Executar todos os testes de segurança necessários, e/ou demandados pela FISCALIZAÇÃO e/ou definidos na legislação.

**9.3.14.** Fazer o transporte de materiais, ferramentas e equipamentos relacionados com os serviços, até o local onde devam ser entregues/instalados.

**9.3.15.** Realizar os serviços de manutenção, adaptações e modificações nas instalações existentes, decorrentes de possíveis alterações de leiaute (lay-out) que porventura venha a ocorrer, bem como, atualizar e/ou reprogramar os softwares dos sistemas.

**9.3.16.** Atender a quaisquer serviços de emergência nos sistemas, a critério da CONTRATANTE, mesmo que resulte em utilização de pessoal ou material, ainda que fora do horário normal de atendimento, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

**9.3.17.** Solicitar, se necessário, autorização da CONTRATANTE para trabalhar em dias não úteis ou fora do horário de expediente, justificando o fato.

**9.3.17.1.** Enviar listagem com nome dos profissionais, número das respectivas carteiras de identidade e locais onde irão realizar os trabalhos.

**9.3.17.2.** Entenda-se por dias não úteis os feriados nacionais, bem como os sábados e domingos, resguardado o devido cumprimento da jornada semanal de 44 horas.

**9.3.17.3.** Os feriados forenses serão considerados dias úteis, quando não coincidirem com os feriados nacionais ou sábados e domingos.

**9.3.17.4.** Fazer o pedido por escrito, podendo ser enviado por correio eletrônico em até 4 (quatro) horas antes do final do expediente da CONTRATANTE, previamente à realização dos serviços.

**9.3.18.** Designar o preposto que atuará como responsável pelo gerenciamento operacional das atividades relacionadas à prestação dos serviços objeto do contrato, bem como tratar com a FISCALIZAÇÃO dos assuntos afetos a contratação na assinatura do contrato.

**9.3.18.1.** No instrumento de nomeação do preposto deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto, sendo vedada a delegação e a subdivisão de competências, salvo situações de substituição legal ou previamente autorizadas pela Administração.

**9.3.19.** Responsabilizar-se pelo depósito dos materiais, produtos, ferramentas, instrumentos e equipamentos alocados para execução dos serviços, não cabendo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou quaisquer outros fatos que possam vir a ocorrer.

**9.3.20.** Prestar os serviços objeto deste Termo de Referência nos dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário das 6h00 às 21h00. Para tanto, deverá ser considerado o funcionamento do posto de trabalho de 44 horas semanais incluído o posto de trabalho de 30 horas. Os profissionais alocados deverão ter contrato de trabalho que permita o trabalho aos sábados, permitindo, assim, na eventual necessidade de realização de serviços de manutenção, fora do horário de expediente, não seja gerado nenhum passivo trabalhista.

**9.3.20.1.** A ausência inadvertida de qualquer profissional, além de glosa, ensejará aplicação de penalidade.

**9.3.20.2.** Na hipótese de realização de serviços em horários diferentes do definido para funcionamento do posto de trabalho, a CONTRATADA será notificada para fins de adoção do sistema de compensação de horários com o profissional alocado no posto de trabalho. A compensação deverá ser objeto de acordo, por escrito, da empresa com os profissionais, nos termos da convenção coletiva de trabalho.

**9.3.20.3.** A compensação de horários, quando ocorrer, deverá ser aprovada previamente pela CONTRATANTE para que não haja prejuízo na execução dos serviços.

**9.3.20.4.** A compensação de horários será realizada de acordo com a convenção coletiva da categoria ou acordo de trabalho da empresa com os empregados.

**9.3.21.** Acatar a alteração do horário de funcionamento dos postos de trabalho. A CONTRATADA será notificada sobre a alteração do horário de funcionamento do posto de trabalho com 5 (cinco) dias corridos de antecedência.

**9.3.22.** Promover o afastamento, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da notificação, do preposto ou qualquer profissional alocado em posto de trabalho e que não venha a corresponder à confiança ou perturbar a ação da equipe de fiscalização da CONTRATANTE, ficando vedado o retorno dos profissionais e preposto substituídos às dependências do CONTRATANTE, para cobertura de licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros profissionais.

**9.3.23.** Substituir os profissionais alocados nos postos de trabalho por motivo de faltas, férias etc., e desde que haja solicitação da CONTRATANTE. Na hipótese de não ocorrer a substituição de profissional o valor correspondente não poderá ser faturado.

**9.3.24.** Exercer controle de frequência e assiduidade dos profissionais alocados nos postos de trabalho.

**9.3.24.1.** O controle de frequência dos colaboradores deverá ser feito, preferencialmente, por coletor biométrico e que permita a geração de relatórios semanais e mensais de frequência.

**9.3.24.2.** Os relatórios mensais deverão ser encaminhados mensalmente a fiscalização junto a documentação relativa ao faturamento dos serviços.

**9.3.24.3.** A CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalizar e acompanhar a frequência dos profissionais por registro, dispositivo ou sistema disponíveis em suas instalações e que permitam aferir o correto cumprimento das obrigações pactuadas.

**9.3.24.4.** Por se tratar de controle de frequência da ocupação dos postos de trabalho, não é passível de abono, acordo ou exceção, apenas sob anuência da CONTRATANTE.

**9.3.25.** A CONTRATADA deverá possuir sistema informatizado ou software de acompanhamento da manutenção.

**9.3.26.** Todos os serviços prestados deverão ser gerenciados e controlados por esse sistema informatizado, documentos ou software de acompanhamento técnico da manutenção e que atenda aos requisitos explicitados e constantes do edital.

**9.3.26.1.** Não obstante a utilização do sistema informatizado ou software de acompanhamento da manutenção, a CONTRATADA terá acesso e deverá acompanhar pelo sistema GLIP, da CONTRATANTE, a abertura e andamento de chamados e andamento os serviços pelo sistema GLPI, da CONTRATANTE, sem prejuízo do seu detalhamento e gestão no sistema de gestão de manutenção próprio ou software de acompanhamento da manutenção, bem como a emissão de relatórios e atualização do banco de dados existente.

**9.3.26.2.** A CONTRATADA deverá disponibilizar à FISCALIZAÇÃO, acesso, ao software ou documentos utilizados para manutenção, permitindo a consulta e avaliação dos serviços e das informações ali alocadas em tempo real.

**9.3.27.** Fornecer uniformes completo aos funcionários, exceto ao Engenheiro, e fornecer os equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) a todos, conforme Planilha de Custos e Apêndice V, observando e cumprindo as normas relacionadas à segurança e higiene no trabalho.

**9.3.28.** Os crachás de identificação deverão possuir nome e foto do profissional de forma que possa ser utilizado juntamente com o crachá de acesso ao TCE/PR, e deverá ser aprovado pelo Gestor do contrato.

**9.3.29.** Manter os profissionais alocados nos postos de trabalho devidamente uniformizados e identificados, bem como observar o asseio e as condições gerais de saúde dos mesmos.

**9.3.29.1.** A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de uniformes necessários ao desenvolvimento dos serviços, substituindo-os na periodicidade indicada no edital e/ou substituindo-os sempre que não estiverem em condições adequadas para utilização.

**9.3.29.2.** Cada profissional deverá receber a quantidade de itens referentes ao uniforme previstos em cada posto de trabalho na periodicidade e qualidade indicada na Planilha de Custos.

**9.3.29.3.** O calçado a ser fornecido aos funcionários será considerado EPI e deverá atender as características mínimas indicadas na Planilha de Custos.

**9.3.30.** Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais, em consequência de fato a si imputável e relacionada aos serviços contratados.

**9.3.31.** Responsabilizar-se por danos causados a bens de propriedade da CONTRATANTE ou de terceiros, desde que tais danos decorram de atos de profissionais alocados nos postos de trabalho contratados.

**9.3.32.** Registrar o Contrato no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento de sua via, devendo entregar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART à CONTRATANTE. Caso haja substituição do responsável técnico, deverá ser providenciada nova ART.

**9.3.32.1.** A ART relativa ao contrato, só será registrada em nome dos profissionais que efetivamente estejam vinculados à execução dos serviços objeto do contrato e devidamente registrados no respectivo conselho de engenharia.

**9.3.33.** Efetuar o pagamento dos salários e do vale refeição dos profissionais alocados nos postos de trabalho, devendo observar os valores mínimos constantes na planilha de formação de preços do contrato e datas limite legais.

**9.3.34.** Tornar disponível aparelho celular ao profissional alocado no posto de trabalho de engenharia e de encarregado para que sejam contatados a qualquer momento, ao longo do período laboral do respectivo posto de trabalho;

**9.3.34.1.** As emergências serão comunicadas, pela fiscalização, por meio de ligação telefônica ao engenheiro residente ou ao encarregado, na ausência daquele.

**9.3.35.** Caberá ao engenheiro residente instruir os profissionais alocados nos postos de trabalho para que, durante o tempo de permanência nas dependências da CONTRATANTE, observem os regulamentos de segurança e disciplina determinados pela CONTRATANTE.

**9.3.36.** Manter sigilo, não reproduzindo, divulgando ou utilizando em benefício próprio, ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratual;

**9.3.37.** Comunicar imediatamente a ocorrência ou indício de furto ou vandalismo em componentes dos sistemas relacionados à prestação dos serviços ou quando for substituído duas vezes seguidas um mesmo componente do mesmo local, em um período inferior a um mês.

**9.3.38.** Declarar que se responsabiliza, e responsabilizar-se por qualquer dano e/ou defeito nos equipamentos, provocados por manutenção precária, deficiente ou incorreta,



assumindo o ônus pela aquisição/reposição das peças necessárias ao restabelecimento do perfeito funcionamento. Ao gestor do contrato caberá definir tal responsabilidade mediante registro e apuração.

**9.3.39.** Manter, durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação.

**9.3.40.** Declarar, no momento de disponibilização do funcionário, que a empresa assume todo o ônus decorrente do não atendimento de conhecimento específico demandado nas qualificações de cada cargo durante a execução do contrato.

**9.3.41.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, qualquer serviço objeto contratual.

**9.3.42.** Além das demais obrigações expressamente previstas neste Contrato, e de outras decorrentes da natureza do ajuste, deverá a CONTRATADA:

**9.3.42.1.** Fornecer, a qualquer momento, todas as informações pertinentes ao objeto contratado ou que a CONTRATANTE julgue necessário conhecer ou analisar para o correto cumprimento das obrigações pactuadas;

**9.3.42.2.** Exigir que os profissionais a serem alocados nos postos de trabalho observem o horário de início de funcionamento do respectivo posto, de acordo com os horários fixados pela CONTRATANTE, para a realização dos serviços contratados.

**9.3.42.3.** Comunicar por escrito à unidade responsável pela fiscalização do contrato qualquer anormalidade ou ocorrência durante a prestação dos serviços, bem como atender prontamente o que for solicitado à CONTRATADA e exigido pela CONTRATANTE.

**9.3.42.4.** Realizar o pagamento das férias e do 13º (décimo terceiro) salário no prazo definido em legislação trabalhista ou conforme disposto em Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho da respectiva categoria.

**9.3.42.5.** Exercer controle da assiduidade e pontualidade dos empregados, franqueando ao representante da CONTRATANTE, a qualquer tempo, o acesso aos registros, para efeito de acompanhamento e fiscalização do regime de apuração das horas efetivamente trabalhadas pelos profissionais.

**9.3.42.6.** Realizar, às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão, demissão e durante a vigência do contrato, os exames médicos exigidos.



**9.3.42.7.** Fornecer, quando solicitado pela CONTRATANTE, quaisquer documentos dos funcionários prestadores dos serviços objeto deste Contrato.

**9.3.42.8.** Observar o Código de Conduta da CONTRATANTE, que poderá ser solicitado para a FISCALIZAÇÃO;

**9.3.42.9.** Elaborar e implementar o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR - NR 01), o Laudo técnico das condições ambientais de trabalho (LTCAT - Art. 2, Lei 9.732/98) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO - NR 07); atualizá-los, de acordo com as normas vigentes; sendo requisito obrigatório e, portanto, de remuneração prevista em custos indiretos da contratação nos valores de Administração Central da empresa.

**9.3.42.10.** O PGR deve conter, no mínimo, os seguintes documentos: o inventário de riscos ocupacionais específicos das atividades que são realizadas nas dependências do CONTRATANTE e o plano de ação. Sendo requisito obrigatório e, portanto, de remuneração prevista em custos indiretos da contratação nos valores de Administração Central da empresa.

**9.3.42.11.** Adotar políticas e medidas preventivas com a finalidade de zelar pela integridade física de seus empregados.

**9.3.43.** Cadastrar-se e manter-se em situação regular junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, no site Compras Paraná (GMS/CFPR – <http://www.comprasparana.pr.gov.br>) durante toda a vigência do contrato;

**9.3.44.** Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura do contrato, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;

**9.3.45.** Acatar as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;

**9.3.46.** Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;

**9.3.47.** Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**9.3.48.** Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.

**9.3.49.** Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

**9.3.50.** Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

## 9.4. Vigência

**9.4.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do extrato do contrato no Diário Eletrônico do TCE-PR, prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**9.4.2.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*
- b. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- c. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*
- d. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;*
- e. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.*

**9.4.3.** O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**9.4.4.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**9.4.5.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

**9.4.6.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **9.5. Obrigações Pertinentes à LGPD**

**9.5.1.** partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**9.5.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**9.5.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**9.5.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**9.5.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**9.5.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**9.5.7.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**9.5.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**9.5.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**9.5.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**9.5.11.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**9.5.12.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**9.5.13.** Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **9.6. Repactuação dos preços contratados (art. 92, V e X)**

**9.6.1.** Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante solicitação da CONTRATADA, observado o interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação, que será contado:

**9.6.1.1.** para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

**9.6.1.2.** para os custos decorrentes do mercado, a partir da apresentação da proposta, mediante negociação entre as partes, tendo como limite máximo a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ocorrida nos doze meses anteriores ao reajuste, adotado para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

**9.6.1.3.** para os custos decorrentes do regime de não-cumulativa do PIS e Cofins: do mês do enquadramento ou do mês subsequente ao último utilizado na declaração apresentada na proposta;

**9.6.1.4.** para o custo relacionado ao fator acidentário de prevenção: a cada exercício financeiro, caso haja alteração de alíquota.

**9.6.2.** Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

**9.6.3.** Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

**9.6.4.** A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

**9.6.5.** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

**9.6.6.** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

**9.6.7.** Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

**9.6.8.** Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

**9.6.8.1.** A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

**9.6.8.2.** Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

**9.6.9.** A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

**9.6.9.1.** A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

**9.6.9.2.** Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

**9.6.10.** A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

**9.6.11.** Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I<sup>o</sup> = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

**9.6.12.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**9.6.13.** Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

**9.6.14.** Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**9.6.15.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

**9.6.16.** Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

**9.6.17.** Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

**9.6.18.** Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

**9.6.19.** Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.



**9.6.20.** O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

**9.6.21.** Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

**9.6.22.** A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

**9.6.23.** O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços de preços em até 02 (dois) meses, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

**9.6.24.** O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

**9.6.25.** A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

**9.6.26.** As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.6.27.** O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

**9.6.28.** Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

**9.6.29.** A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.



**9.6.30.** A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

## 9.7. Dotação Orçamentária

**9.7.1.** O pagamento decorrente do objeto desta contratação correrá à conta dos recursos do Orçamento Próprio do TCE/PR.

## 9.8. Garantia de execução contratual

**9.8.1.** Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor total da contratação, *limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados (conforme IN 05/2017, Anexo VII-F, item 3.1. "a")*.

**9.8.2.** Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do TCE/PR, após a assinatura do contrato.

**9.8.2.1.** A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

**9.8.2.2.** Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

**9.8.2.3.** A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

**9.8.2.4.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

**9.8.2.5.** Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

**9.8.3.** Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

**9.8.4.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

**9.8.5.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**9.8.6.** Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

**9.8.6.1.** O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

**9.8.7.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

**9.8.7.1.** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

**9.8.7.2.** multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

**9.8.7.3.** obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

**9.8.8.** Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

**9.8.9.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**9.8.10.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**9.8.11.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

**9.8.12.** O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**9.8.12.1.** O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**9.8.12.2.** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

**9.8.13.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

**9.8.13.1.** A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

**9.8.13.2.** A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

**9.8.14.** A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

**9.8.14.1.** Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

**9.8.14.2.** Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

**9.8.14.3.** Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

**9.8.15.** O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

**9.8.16.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

**9.8.17.** A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## **9.9. Rescisão contratual**

**9.9.1.** O contrato pode ser extinto antes que as obrigações nele estabelecidas sejam cumpridas ou antes do prazo fixado, com base nos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como por meio de entendimento mútuo, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**9.9.2.** A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, sem prejuízo das sanções administrativas.

## **9.10. Infrações e Sanções administrativas**

**9.10.1.** A CONTRATADA será responsabilizada, nos termos da Lei n. 14.133/2021, pelas seguintes infrações:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao contratante ou ao funcionamento dos serviços públicos, ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**9.10.2.** Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações descritas no item a as seguintes sanções:

**9.10.2.1.** Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato de obrigação principal ou acessória de pequena relevância, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**9.10.2.2.** Multa moratória de 0,5% por dia de atraso na execução do objeto contratado, sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato ou instrumento equivalente, até o limite de trinta dias, nos termos do §3º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021;

**9.10.2.3.** Na hipótese do item acima, decorrido o lapso de 30 (trinta) dias, a CONTRATANTE deverá manifestar-se sobre o interesse na continuidade da execução do Contrato ou instrumento equivalente;

**9.10.2.4.** Aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no edital.

**9.10.2.5.** Multa moratória de 0,6% a 3,2% sobre o valor da parcela inadimplida ou do valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2:

**9.10.2.6.** Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

**9.10.2.7. TABELA 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	1,0% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**TABELA 2**

INFRAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais;	05	por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	04	por dia e por unidade de atendimento
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados;	03	por empregado e por dia
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização sem motivo justificado e aceito pela Administração;	02	por serviço e por dia

<b>5</b>	Retirar, sem anuência prévia do contratante e sem substituição, funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente;	03	por empregado e por dia;
<b>6</b>	Permitir a presença de prestador terceirizado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado ou sem crachá (desde que a unidade não tenha declinado do uso do uniforme);	01	Por empregado e por ocorrência
<b>7</b>	Fornecer informação falsa de serviço;	05	Por ocorrência
<b>8</b>	Destruir ou danificar documentos, mobiliário ou equipamentos por culpa ou dolo de seus agentes;	03	Por ocorrência
<b>9</b>	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato;	05	Por ocorrência
<b>10</b>	Retirar do TCE/PR quaisquer equipamentos ou materiais de consumo e insumos, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável;	05	Por item e por ocorrência
<b>11</b>	Não cumprir determinação formal ou instrução complementar das unidades fiscalizadoras ou dos gestores do contrato.	02	Por ocorrência
<b>12</b>	Entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação fiscal, trabalhista e previdenciária.	01	Por ocorrência
<b>13</b>	Entregar com atraso ou incompleta a documentação fiscal, trabalhista e previdenciária.	01	Por ocorrência
<b>14</b>	Não apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária.	02	Por ocorrência

<b>15</b>	Não cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pelas unidades fiscalizadoras ou pelos gestores do contrato	03	Por ocorrência
<b>16</b>	Manter em serviço número de funcionários inferior ao fixado no contrato, sem prévia justificativa.	04	Por empregado e por dia
<b>17</b>	Executar serviços sem a utilização de equipamentos de proteção individual - EPI adequados a atividade.	02	Por empregado e por dia
<b>18</b>	Retirar funcionários do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE	03	Por empregado e por dia
<b>19</b>	Não manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do contrato.	02	Por ocorrência
<b>20</b>	Não cumprir com o prazo definido em legislação em relação as obrigações referentes ao pagamento de salários e benefícios.	03	Por dia sobre o valor inadimplido
<b>21</b>	Retirar das dependências do TCE/PR, ao longo da jornada laboral pactuada, qualquer funcionário que pertença ao contrato para a realização de serviços estranhos ao objeto contratual e/ou a terceiros.	05	Por empregado e por ocorrência
<b>22</b>	Executar serviço incompleto, paliativo ou substitutivo como de caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	03	Por ocorrência
<b>23</b>	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material.	03	Por ocorrência
<b>24</b>	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia e por tarefa designada.	03	Por dia e por tarefa designada/programada



<b>25</b>	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da fiscalização.	05	Por ocorrência
<b>26</b>	Usar indevidamente patentes registradas.	05	Por ocorrência
<b>27</b>	Não comunicar formalmente à Receita Federal sobre a assinatura do contrato de cessão de mão de obra, conforme art. 17, XII, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação.	05	Por ocorrência
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>			
<b>28</b>	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal;	01	por funcionário e por dia
<b>29</b>	Cumprir determinação formal ou instrução complementar e/ou requisição do Gestor/Fiscal para apresentação de quaisquer documentos inerentes à perfeita fiscalização contratual, inclusive documentação mensal de faturamento;	02	por ocorrência
<b>30</b>	Deixar de manter e dispor o ferramental individual ou permanente, máquinas e equipamentos adequados para a realização dos serviços objeto do contrato.	02	por item e por ocorrência
<b>31</b>	Substituir empregado ou preposto que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço;	01	por funcionário e por dia
<b>32</b>	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador;	03	por item e por ocorrência

<b>33</b>	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01	Por dia
<b>34</b>	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO sem motivo justificado;	02	Por ocorrência e por empregado
<b>35</b>	Efetuar o pagamento aos prestadores terceirizados de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas injustificadamente;	05	Por dia
<b>36</b>	Entregar o uniforme, nas quantidades e especificações contratualmente definidas aos funcionários.	01	Por dia
<b>37</b>	Entregar no prazo ajustado, injustificadamente, esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida para faturamento constante do contrato.	02	Por ocorrência e por dia
<b>38</b>	Cumprir exigências relativas à higiene e segurança no trabalho.	01	Por ocorrência
<b>39</b>	Substituir o ferramental de uso diário danificado ou em mau estado de conservação e que permaneça de posse e em uso pelos colaboradores na execução dos trabalhos.	03	Por item
<b>40</b>	Executar as rotinas previstas no Plano Mínimo de Manutenção Preventiva e do PMOC a ser implantado, na periodicidade indicada.	01	Por ocorrência/equipe
<b>41</b>	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo definido pela fiscalização, por dia de atraso.	01	Por dia de atraso

<b>42</b>	Manter a documentação de habilitação atualizada.	01	Por item/ocorrência
<b>43</b>	Fornecer EPI, quando exigido, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	02	Por empregado e por ocorrência
<b>44</b>	Refazer serviço não aceito pela fiscalização, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela fiscalização.	03	Por ocorrência
<b>45</b>	Indicar e manter durante a execução do contrato os engenheiros responsáveis técnicos pela obra, nas quantidades previstas no contrato e seus Anexos.	04	Por dia
<b>46</b>	Elaborar o Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC previsto na data prevista, de maneira incompleta ou em desacordo com as orientações da fiscalização.	05	Por dia
<b>47</b>	Realizar o cadastramento detalhado do Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC, das equipes de trabalho, dos espaços físicos sujeitos a manutenção, e dos equipamentos sob sua responsabilidade.	05	Por ocorrência
<b>48</b>	Atualizar os dados do Programa Mínimo de Manutenção e do Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC no Software de gerenciamento de manutenção e operação. A CONTRATADA tem até 5 (cinco) dias úteis para efetuar a atualização.	05	Por dia útil de atraso
<b>49</b>	Iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 7 (sete) dias contados do término do prazo para o início da execução contratual consignado na ordem de serviço	03	Por dia útil de atraso
<b>50</b>	Realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3	05	Por ocorrência

	(três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados		
--	--	--	--

**9.10.2.8.** Entende-se "por ocorrência" o acontecimento singularizado por cada ato praticado.

**9.10.2.9.** Multa moratória de 0,07%, por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, observado o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

**9.10.2.10.** Multa compensatória de 20% sobre o valor da parcela não cumprida, no caso de inexecução parcial, observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021;

**9.10.2.11.** Multa compensatória de 30% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total.

**9.10.2.12.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do item 9.10.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**9.10.2.13.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do item 9.10.1, bem como nas alíneas b, c e d que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**9.10.3.** Configurar-se-á o retardamento da execução quando a CONTRATADA:

**9.10.3.1.** Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 7 (sete) dias contados do término do prazo para o início da execução contratual consignado na ordem de serviço;

**9.10.3.2.** Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

**9.10.4.** No caso do cometimento das infrações elencadas acima (retardamento), a CONTRATADA poderá ser sancionada com multa de 5% (cinco por cento) sobre a parcela inadimplida.

**9.10.5.** Configurar-se-á a inexecução total do objeto, entre outras possibilidades, quando a CONTRATADA:

**9.10.5.1.** Não iniciar a execução do contrato, sem causa justificada, após 10 (dez) dias do término do prazo para o início da execução contratual consignado na ordem de serviço;

**9.10.6.** Configurar-se-á a inexecução parcial do objeto quando a CONTRATADA:

**9.10.6.1.** Deixar de aplicar o programa mínimo de manutenção preventiva ou o PMOC, após a sua implementação, e/ou cumprir a periodicidade constante do programa mínimo de manutenção preventiva ou do PMOC, aprovado pela CONTRATANTE, por dois meses consecutivos ou quatro meses intercalados; ou seja, pela reincidência em meses consecutivos ou intercalados da penalidade prevista no item 42 da tabela 2 do item 9.10.2.7.

**9.10.7.** A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em qualquer das situações de grau 5, bem como na reiteração de qualquer situação de graus 1 a 4, previstas na Tabela 2 do item 9.10.2.7.

**9.10.8.** Para fins do item 9.10.2.1, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais, ou formais que não impactem objetivamente a execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

**9.10.9.** A sanção, o índice e a base de cálculo item 9.10.2.2 serão aplicados nos atrasos injustificados dos serviços de assistência técnica, no período de garantia, e da substituição do produto defeituoso dentro do período de validade/garantia, caso previstos neste contrato.

**9.10.10.** Na hipótese de o limite máximo de atraso, previsto no item 9.10.2.2 ser atingido, o gestor manifestar o interesse na contratação.

**9.10.11.** O atraso superior a trinta dias autoriza o CONTRATANTE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

**9.10.12.** Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de quinze dias úteis, contado da data de sua intimação.

**9.10.12.1.** O CONTRATANTE pode, ad cautelam, efetuar a retenção do valor presumido da multa concomitantemente à instauração do regular procedimento administrativo sancionatório, no qual será assegurado à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa

**9.10.12.2.** O valor da multa cautelarmente retido será liberado à CONTRATADA no prazo máximo de dez dias úteis, após o provimento do recurso ou da reconsideração da decisão que aplicou a penalidade.

**9.10.12.3.** O valor da multa aplicada, observada a seguinte ordem, será:

- a. descontado dos pagamentos devidos pela Administração;
- b. pago por meio de guia de recolhimento da União - GRU;
- c. descontado do valor da garantia prestada;
- d. cobrado judicialmente.

**9.10.13.** A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste contrato.

**9.10.14.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n. 14.133/21.

**9.10.15.** Todas as sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**9.10.16.** A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

**9.10.17.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada mediante GRU, descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**9.10.17.1.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de dez dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**9.10.17.2.** Os débitos da CONTRATADA para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo Tribunal decorrentes deste contrato ou de outros firmados com a CONTRATADA, conforme o parágrafo único do art. 161 da Lei n. 14.133/2021, e na forma do art. 8º da Instrução Normativa Seges/ME n. 26/2022.

**9.10.18.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se a Instrução de Serviço TCE/PR n. 181, de 30 de julho de 2024 e o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**9.10.19.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.10.20.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n. 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da administração pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**9.10.21.** A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**9.10.22.** O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo quinze dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

Curitiba, data e hora da assinatura digital.

Documento assinado digitalmente.

**FILIPPE DIOGENES DE QUADROS**

Auditor de Controle Externo

Matrícula nº 52.626-6

Documento assinado digitalmente.

**DYEGO BERTOLDI AURELIANO**

Supervisor de Engenharia e Arquitetura

Matrícula nº 51.485-3

Documento assinado digitalmente.

**RAFAEL EISFELD SANTOS**

Diretor Administrativo

Matrícula nº 51.759-3



## APÊNDICE I - TERMO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

**Pregão Eletrônico nº \_\_/2025**

Empresa:			
Endereço:			
CNPJ:		Telefone :	
Representante :		CPF:	

Declaro para fins de participação no pregão em referência que realizei vistoria técnica às instalações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com o acompanhamento de profissional da Corte.

Durante essa vistoria pude analisar e dirimir questões técnicas relativas à infraestrutura existente e ao escopo das especificações técnicas do objeto a ser licitado, inteirando-se por completo das condições estipuladas no Edital, no Termo de Referência, de modo que a empresa não incorrerá em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços ou acréscimo de preços.

Curitiba, de de 2025.

---

Nome / Matrícula / Assinatura do  
servidor da TCEPR

---

Assinatura do representante da  
licitante

## APÊNDICE II - TERMO DE RENÚNCIA À VISTORIA TÉCNICA

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2025

Empresa:			
Endereço:			
CNPJ:		Telefone :	
Representante :		CPF:	

Declaro para fins de participação no pregão em referência que **optamos por não realizar vistoria técnica** às instalações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com o acompanhamento da equipe do TCEPR.

Essa opção implica que **desistimos de dirimir questões técnicas relativas à infraestrutura existente e ao escopo das especificações técnicas do objeto** a ser licitado. Dessa forma, abstenho-nos de eventuais pretensões de inclusão de serviços ou acréscimo de preços decorrentes de nossa opção, firmada neste documento.

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
*Responsável (nome/cargo/assinatura)*

*Nome da Empresa*

## APÊNDICE III - TERMO DE COMPROMISSO

### Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2025

Empresa:			
Endereço:			
CNPJ:		Telefone :	
Representante :		CPF:	

Declaro para os devidos fins junto ao TCE/PR que me comprometo a encaminhar a essa Corte, a qualquer tempo que for devido, o respectivo pedido de reenquadramento ao regime tributário adequado aos valores constantes da proposta ofertada e ao contrato a ser firmado.

Declaro, ainda, estar ciente de que a não apresentação do referido pedido acarretará a extinção contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis ao caso.

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
*Responsável (nome/cargo/assinatura)*

*Nome da Empresa*

## APÊNDICE IV - TERMO DE COMPROMISSO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

**Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_ /2025**

Empresa:			
Endereço:			
CNPJ:		Telefone :	
Representante :		CPF:	

Declaro para os devidos fins junto ao TCE/PR que disponibilizarei pessoal para a execução do objeto da licitação em atendimento aos requisitos de qualificação exigidos para os profissionais, definidos no item 5.2 e 5.3 do Termo de Referência da Licitação.

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
*Responsável (nome/cargo/assinatura)*

*Nome da Empresa*

## APÊNDICE V - LISTA DE EPIs OBRIGATÓRIOS PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMA ELETROMECÂNICOS DO TCE-PR

Trata-se de lista de EPIs formulada através das informações obtidas no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) elaborado especificamente para a prestadora de serviços de manutenção de ar-condicionado no próprio tribunal, serviço praticamente idêntico aos serviços do objeto desta contratação.

A lista completa de EPIs por função está descrita na tabela a seguir:

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor unitário de Referência	Total
<b>1</b>			<b>AUXILIAR</b>		<b>1</b>		<b>142,32</b>
1.1	037522	SBC	EPI - CAPACETE DE SEGURANCA STEELFLEX TURTLE CLASSE B TIPO II COM JUGULAR E CATRACA CA 35983 (TRABALHO EM ALTURA)	UN	1	63,48	63,48
1.2	038008	SBC	EPI - OCULOS DE PROTECAO AMPLA VISAO SILO	UN	1	14,16	14,16
1.3	007252	SBC	EPI - BOTINA DE SEGURANCA COM BIQUEIRA ACO - ELASTICO RASPA	PAR	1	50,73	50,73
1.4	002210	SBC	EPI - PROTETOR AUDITIVO DE SILICONE TIPO PLUG DE INSERCAO COM CORDAO VONDER	UN	1	4,15	4,15
1.5	007286	SBC	EPI - LUVA TRICOTADA COM PALMA ANTIDERRAPANTE VULCANIZADA	PAR	1	9,80	9,80
<b>2</b>			<b>MECÂNICO</b>		<b>1</b>		<b>694,32</b>
2.1	037522	SBC	EPI - CAPACETE DE SEGURANCA STEELFLEX TURTLE CLASSE B TIPO II COM JUGULAR E CATRACA CA 35983 (TRABALHO EM ALTURA)	UN	1	63,48	63,48
2.2	038008	SBC	EPI - OCULOS DE PROTECAO AMPLA VISAO SILO	UN	1	14,16	14,16
2.3	007252	SBC	EPI - BOTINA DE SEGURANCA COM BIQUEIRA ACO - ELASTICO RASPA	PAR	1	50,73	50,73
2.4	002210	SBC	EPI - PROTETOR AUDITIVO DE SILICONE TIPO PLUG DE INSERCAO COM CORDAO VONDER	UN	1	4,15	4,15
2.5	046891	SBC	EPI - CINTURAO DE SEGURANCA PARAQUEDISTA 5 PONTOS MULT 2012A MG CINTO CA 35531	UN	1	407,47	407,47

2.6	004525	SBC	EPI - TALABARTE DE SEGURANCA 2 MOSQUETOES TRAVA DUPLA ELASTIZADO COM ABS	UN	1	144,53	144,53
2.7	007286	SBC	EPI - LUVA TRICOTADA COM PALMA ANTIDERRAPANTE VULCANIZADA	PAR	1	9,80	9,80
<b>3</b>			<b>ELETRICISTA</b>		<b>1</b>		<b>1.152,18</b>
3.1	037522	SBC	EPI - CAPACETE DE SEGURANCA STEELFLEX TURTLE CLASSE B TIPO II COM JUGULAR E CATRACA CA 35983 (TRABALHO EM ALTURA)	UN	1	63,48	63,48
3.2	038008	SBC	EPI - OCULOS DE PROTECAO AMPLA VISAO SILO	UN	1	14,16	14,16
3.3	007252	SBC	EPI - BOTINA DE SEGURANCA COM BIQUEIRA ACO - ELASTICO RASPA	PAR	1	50,73	50,73
3.4	00036147	SINAPI	LUVA DE BORRACHA ISOLANTE PARA ALTA TENSÃO, RESISTENTE A OZONIO, TENSÃO DE ENSAIO 2,5 KV (PAR)	PAR	1	303,01	303,01
3.5	046891	SBC	EPI - CINTURAO DE SEGURANCA PARAQUEDISTA 5 PONTOS MULT 2012A MG CINTO CA 35531	UN	1	407,47	407,47
3.6	004525	SBC	EPI - TALABARTE DE SEGURANCA 2 MOSQUETOES TRAVA DUPLA ELASTIZADO COM ABS	UN	1	144,53	144,53
3.7	007286	SBC	EPI - LUVA TRICOTADA COM PALMA ANTIDERRAPANTE VULCANIZADA	PAR	1	9,80	9,80
3.8	004417	SBC	EPI - UNIFORME DE TRABALHO COMPLETO EM BRIM	UN	1	159,00	159,00
<b>4</b>			<b>ENGENHEIRO</b>		<b>1</b>		<b>142,32</b>
4.1	037522	SBC	EPI - CAPACETE DE SEGURANCA STEELFLEX TURTLE CLASSE B TIPO II COM JUGULAR E CATRACA CA 35983 (TRABALHO EM ALTURA)	UN	1	63,48	63,48
4.2	038008	SBC	EPI - OCULOS DE PROTECAO AMPLA VISAO SILO	UN	1	14,16	14,16
4.3	002210	SBC	EPI - PROTETOR AUDITIVO DE SILICONE TIPO PLUG DE INSERCAO COM CORDAO VONDER	UN	1	4,15	4,15
4.4	007252	SBC	EPI - BOTINA DE SEGURANCA COM BIQUEIRA ACO - ELASTICO RASPA	PAR	1	50,73	50,73
4.5	007286	SBC	EPI - LUVA TRICOTADA COM PALMA ANTIDERRAPANTE VULCANIZADA	PAR	1	9,80	9,80